

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Licenciatura em História  
Trabalho de Conclusão de Curso**

**ANTÔNIO KRUG E SILVA**

**“A CASA DOS HORRORES”  
OS MOTINS NA FEBEM PELAS PÁGINAS DE *ZERO HORA*  
(PORTO ALEGRE, RS, 1988 A 1999)**

**Porto Alegre**

**2008**

**ANTÔNIO KRUG E SILVA**

**“A CASA DOS HORRORES”  
OS MOTINS NA FEBEM PELAS PÁGINAS DE *ZERO HORA*  
(PORTO ALEGRE, RS, 1988 A 1999)**

Trabalho de Conclusão de Curso de História  
para a obtenção do grau de Licenciado em  
História pela Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas, Departamento de História

Orientadora: Prof. Ms. Cláudia Mauch

Porto Alegre

2008

*É impossível passar os olhos por qualquer jornal, de qualquer dia, mês ou ano, sem descobrir em todas as linhas os traços mais pavorosos da perversidade humana [...] Qualquer jornal da primeira à última linha, nada mais é do que um tecido de horrores. Guerras, crimes, roubos, linchamentos, torturas [...] Uma orgia de atrocidade universal. E é com este aperitivo abominável que o homem civilizado rega o seu repasto matinal.*  
(BAUDELAIRE apud SONTAG, 2003, p. 89-90)

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão de como os funcionários, adolescentes e a própria Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (**FEBEM-RS**) são definidos pelo jornal *Zero Hora (ZH)*, entre 1988 e 2000, através das notícias de motins e rebeliões. A partir da elaboração de um breve histórico da Instituição, da análise de cerca de 200 matérias extraídas do jornal, e de depoimentos de funcionários da instituição, podemos perceber que *Zero Hora* define a Fundação como ineficiente na execução de suas tarefas, os funcionários incompetentes, omissos e onerosos aos cofres do Estado, e os internos criminosos irrecuperáveis, de alto custo institucional, e vítimas da incapacidade administrativa do Estado na área social. É uma tentativa de constatar como a instituição encaminha seus problemas com relação ao quadro funcional e à clientela-fim. Faz-se menção à repetição crônica destes problemas e a sua repercussão frente à sociedade, através da imprensa escrita, e sobre a eficácia da legislação específica voltada ao adolescente infrator.

Palavras-chave: Adolescente infrator – FEBEM – Motim - Rebelião.

## ABSTRACT

This work presents a reflection of how the employees, adolescents and even the institution Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (**FEBEM-RS**) were portrayed by the newspaper *Zero Hora (ZH)* in the period 1988 to 2000, as it reported on the rebellions. Beginning with an institutional history and analyzing about 200 newspaper reports, and statements of the employees, we now realize that *Zero Hora* defined FEBEM as inefficient in performing its duties, found its employees incompetent, dismissive and costly to the state. Besides this, newspaper columns portrayed the inmates as criminals without recuperation, but, at the same time, as social services victims. The aim of this work is to show how an institution deals with its problems in relation to its employees and clients. The chronic repetition of same problems by written media could repercute in society.

Key-Words: Adolescent criminals – FEBEM – Rebellion

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS .....	1
INTRODUÇÃO .....	3
1. A FEBEM DO RIO GRANDE DO SUL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA .....	9
1.1. Breve histórico do atendimento às crianças e aos adolescentes carentes, delinquentes ou em situação de risco em Porto Alegre .....	9
1.2. História cíclica dos problemas da FEBEM nas páginas de <i>Zero Hora</i> .....	13
2. O JORNALISMO DE <i>ZERO HORA</i> E A CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DO FUNCIONÁRIO DA FEBEM E DO ADOLESCENTE INFRATOR .....	24
2.1. A imagem do funcionário .....	24
2.2. A imagem do adolescente infrator .....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	32
LOCAIS DE PESQUISA .....	36
FONTES JORNALÍSTICAS .....	36
BIBLIOGRAFIA .....	37

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AFUFE. Associação dos Funcionários da FEBEM.

AL. Assembléia legislativa.

BM. Brigada Militar.

BOE. Batalhão de Operações Especiais.

BPM. Batalhão de polícia Militar.

CASE. Centro de Atendimento Sócio-educativo.

CASEF. Centro de Atendimento Sócio-educativo Feminino.

CCDH. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.(AL).

CDH. Comissão de Direitos Humanos. (CM).

CJ. Centro da Juventude.

CJA. Centro do Jovem Adulto.

CPC. Comando do Policiamento da Capital.

CM. Câmara Municipal de Porto Alegre.

CSE. Comunidade Sócio-educativa.

DAS. Divisão de Assistência Social.

DECA. Departamento Estadual da Criança e do Adolescente.

DIPAME. Divisão para o Menor.

DPCA. Departamento de proteção da Criança e do Adolescente.

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente.

EXPOINTER. Exposição Internacional de Animais de Esteio-RS.

FASE. Fundação de Atendimento Sócio-educativo do Rio Grande do Sul.

FEBEM. Fundação Estadual do Bem-estar do Menor.

FUNABEM. Fundação Nacional do Bem-estar do Menor.

GATE. Grupamento de Ações Táticas Especiais.

HI. História Imediata.

HPS. Hospital de Pronto Socorro.

HTP. História do Tempo Presente.

ICM. Instituto Central de Menores.

ICS. Instituto Carlos Santos.

IEF. Instituto Educacional Feminino.

IJM. Instituto Juvenil masculino.

IPC. Instituto Padre Cacique.

IPF. Instituto Penitenciário Forense.

ITJM. Instituto de Triagem Juvenil Masculino.

PASC. Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas.

PC. Presídio Central de Porto Alegre.

PEC. Penitenciária Estadual de Charqueadas.

PEJ. Penitenciária Estadual do Jacuí.

PIB. Produto Interno Bruto.

PM. Polícia Militar ou Policial Militar.

PTB. Partido Trabalhista Brasileiro.

PDT. Partido Democrático Trabalhista.

PMDB. Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PSDB. Partido da Social Democracia Brasileira.

PT. Partido dos Trabalhadores.

SAM. Serviço Social de Menores.

SEMAPI. Sindicato dos Empregados em Autarquias, Fundações Estaduais, Institutos  
de Perícia e Imprensa.

SESME. Serviço de Assistência a Menores.

STCAS. Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social.

SUSEPE. Superintendência dos Serviços penitenciários.

ZH. Jornal Zero Hora.

## INTRODUÇÃO:

### “FEBEM, A CASA DOS HORRORES”

O objetivo de minha pesquisa é tentar compreender como os motins na Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (FEBEM-RS) foram apresentados nas páginas de *Zero Hora*, levando em conta, em especial, como foram retratadas as imagens do **funcionário** da Fundação( em particular, dos **monitores**); da **FEBEM**, como parte constituinte das instituições sob responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul; e do **adolescente infrator**, participe dos motins lá ocorridos no período 1988 a 2000. Para tanto, irei me valer do jornal *Zero Hora*, cuja cobertura jornalística deste assunto no período, em alguns eventos, extrapolou os limites normalmente dedicados aos assuntos da seção “Polícia”, nas últimas páginas do jornal.<sup>1</sup>

Numa série de reportagens com o título “Casa dos horrores”, podemos perceber o grau de sensacionalismo empregado pelo jornal, ao tratar de mortes de internos no interior da instituição. O jornal editou subtítulos como “cela transformada em fornalha”, e “um inferno chamado FEBEM” e intercalou notícias de mortes no interior da Fundação e questionamentos quanto à eficácia da FEBEM, com artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Como aprimoramento editorial, *Zero Hora* se valeu de fotos sobrepostas, intituladas de “tragédia”, “pânico”, “descontrole” e “pavor”, e de gráficos informativos e desenhos imitando grades de celas.<sup>2</sup>

Por outro lado, os internos foram ser definidos como autores de crimes bárbaros, ao serem enumerados seus passados criminais, muito embora tenham aparecido também como vítimas da ineficácia governamental.<sup>3</sup> Quanto aos funcionários, pode-se atribuir a eles questionamentos quanto ao seu caráter, pois são descritos como incompetentes, omissos ou até com atuação criminosa.<sup>4</sup> A partir desta hipótese, a Instituição também pode ser colocada

---

<sup>1</sup> Este jornal é editado em Porto Alegre pela RBS, empresa jornalística que também tem canais de TV e rádio, e tem grande circulação no Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> *Zero Hora*. Porto Alegre, p.52-5, 31 mai. 1998. A série “Casa dos horrores” foi publicada de 31 de maio de 1998 até 07 de junho de 1998.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> Na descrição das mortes, aparecem expressões como: “as mortes ocorreram em circunstâncias cercadas de suspeição”; “que nada foi feito para evitar o suicídio anunciado”; “morte ocorreu após uma queda misteriosa de um prédio da Febem”; “os monitores hesitaram no socorro que demorou demais”; “incêndio mal explicado na Febem”; “um dos monitores anteriormente ameaçados de morte pelos três jovens, poderia ter aberto a cela, mas limitou-se a dizer aos garotos em chamas que esperassem”; “esqueceram dele”; “morreram depois de inúteis pedidos de socorro”, ou “meu filho sempre dizia que queria matá-lo. (...) no

em xeque, em passagens que comprometem seu funcionamento e sua capacidade de operacionalização ou execução das tarefas a que lhe cabem.<sup>5</sup> O assunto ainda rendeu algumas reportagens Especiais, “palavra do leitor” “cartas”, editorial de contra-capa assinado pelo jornalista conhecido local Paulo Sant’ana, além de entrevistas com reféns e líder dos amotinados, muitas fotos e gráficos cronológicos.

Meu interesse central reside no entendimento que a visão elaborada pelo editor, contendo alto grau de sensacionalismo, dramaticidade e emoção, enunciando a violência e a dor dos envolvidos, pode ter sido um estímulo para a perpetuação de preconceitos ou, no mínimo, de uma imagem negativa sobre os participantes diretos destes eventos.<sup>6</sup> Além disso, a veiculação repetitiva desse tipo de notícia pode produzir sentimento de indiferença, acomodação ou esquecimento, possivelmente comprometendo o olhar crítico e histórico da sociedade, assim como a memória perante os fatos.<sup>7</sup>

Escolhi os jornais impressos como fontes principais porque eles podem ser, além de meios de comunicação e informação, instrumentos de divulgação ou propagação de interesses políticos, econômicos, sociais ou ideológicos, muito embora isto seja difícil de ser provado.<sup>8</sup> Os jornais, além disto, são palpáveis – diferentemente da mídia eletrônica -, estão nas esquinas e bancas, marcam com hora e dia os fatos emblemáticos, e eram, àquela época, junto com a televisão e o rádio, a maneira mais acessível da população em geral de obter informações sobre fatos que poderiam causar comoção social. Esta escolha também se fez necessária dada a minha impossibilidade de acessar o arquivo oficial da FEBEM.

hospital, quando estava morrendo, me disse que atiraram uma bagana de cigarro para dentro da cela, no colchão”. Apud. *Zero Hora*, 31 mai. 1998.

<sup>5</sup> ZH usou expressões como: “rebeliões sucessivas”; “um inferno chamado Febem”; “as principais unidades da Febem estão fora de controle”; “celas da Febem transformadas em fornalhas”, ou “depois da morte de M., a família não foi nem procurada pela Febem: nem para explicar a situação, nem para saber como vivem seus filhos”. Ibidem.

<sup>6</sup> As matérias envolvendo esta questão comportam um grau de opinião em que a subjetividade do articulista ajuda a recompor o fato criminoso nas linhas que escreve, produzindo, muitas vezes, uma percepção particular, mesmo que tente universalizá-la em seu discurso como o sentimento da sociedade. ELMIR, Cláudio P. O crime da última hora: Porto Alegre na passagem dos anos cinquenta. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1996.

<sup>7</sup> “Tornamo-nos insensíveis pela hipersaturação de imagens [...] Após a exposição repetitiva, o mesmo fato se torna menos real. [...] A saciedade de imagem gera indiferença, atenção mutável.” SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das letras, 2003. p.88.

<sup>8</sup> [...] A atenção pública é guiada pelas atenções da mídia. Apud. SONTAG. p.87. O professor francês Jean Glénisson, abre ressalvas aos procedimentos críticos dos jornais: “é muito difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se, em determinados momentos, sob os jornais, qual pressão dos governos ou da publicidade” apud LUCA, Tânia Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). et al. *Fontes Históricas*. Londrina: Contexto, 2005. p.116.

O recorte temporal, de 1988 ao começo do ano 2000, foi definido devido à contemporaneidade destes distúrbios na FEBEM com o começo da implantação do ECA nas unidades de internação e a divulgação do processo de fragmentação da FEBEM em duas fundações distintas. Porém, na elaboração do texto não segui obrigatoriamente uma ordem cronológica, mas temática.

O trabalho iniciou-se com a coleta de dados sobre as notícias no setor de Arquivo, pesquisa e controle das edições do jornal junto à *Zero Hora*. De posse dos resumos das notícias do periódico que tratavam da FEBEM, ECA e menores infratores, me dirigi ao Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, para a árdua tarefa de pesquisar e fotografar, nos maços mensais das edições de *Zero Hora*, as quase duzentas matérias jornalísticas recolhidas em pouco mais de dez anos, de julho de 1988 a fevereiro de 2000.

Parece-me que os fatos são apresentados nos jornais sempre com ênfase em um dos lados atingidos, geralmente nos que exercem, naquele momento, maior poder de atenção, de pressão política, ou de compaixão. Entretanto, a utilização dos jornais como fontes na construção do conhecimento científico histórico sofreu grande resistência, desde meados do século XIX até quase ao final do XX, dada a tradição, adotada pelos historiadores, que as fontes deveriam ser ricas em “objetividade, neutralidade e credibilidade, e que o historiador deveria manter um certo distanciamento do seu próprio tempo e do seu objeto de estudo”. Neste contexto, os jornais seriam “pouco adequados para recuperar o passado, pois seriam muito subjetivos, apresentando registros parciais, distorcidos, fragmentados, uma vez que sofriam influência de interesses, compromissos ou paixões”.<sup>9</sup> Porém, a partir das últimas décadas do século XX, os historiadores, sofrendo aportes de outras ciências, começaram a refletir sobre as fronteiras de sua própria disciplina, levando-os a encararem a epistemologia da história sob novos problemas, objetos e abordagens. Com isto, o processo de alargamento do campo de atuação do historiador passou por uma renovação temática -, através de trabalhos sobre o cotidiano, as minorias, as diferenças, os mitos, as festas -, e por uma mudança de paradigma, da análise macroeconômica para uma história cultural, mais fragmentada e com ênfase no episódio, onde o historiador não visa mais à história total, mas ao trabalho nos detalhes, nas singularidades.

Na esteira dessas alternativas, surge uma história voltada ao tempo presente, a História Imediata (HI), uma História onde se encontram aproximações e cruzamentos entre uma História política, renovada, e a História cultural. Entretanto, apesar das novas visões historiográficas, as críticas ao uso dos periódicos continuaram, pois os historiadores, como

---

<sup>9</sup> Apud LUCA, p.112.

José Honório Rodrigues, ponderaram que “os editoriais carecem de independência, exatidão, misturando o imparcial do tendencioso, do certo e do falso”.

Segunda Tânia de Luca, o professor francês Jean Glénisson endossou as palavras do historiador Pierre Renouvin, que também vê a necessidade de inquirir sobre as relações das fontes de informação com instituições políticas e grupos econômicos e financeiros. Assim como estes historiadores, Ana Maria de Almeida Camargo, mesmo defendendo as possibilidades do uso dos jornais, alerta para os riscos dos periódicos: “Podemos encontrar neles exatamente aquilo que queremos confirmar, ao desvincular uma palavra ou uma linha de uma realidade, aproximando-se do seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de uma crítica mais rigorosa”.

Entretanto, por volta da década de 1970, o estatuto da imprensa sofre um deslocamento considerável: depois da “História da imprensa e por meio da imprensa”, o jornal passa a ser utilizado como fonte única de investigação e análise crítica. Por isto, muitos trabalhos históricos se sucedem, utilizando-se dos jornais, não mais apenas como fontes alternativas e auxiliares, “meros veículos de informação, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos” mas como objetos em si das pesquisas históricas, ao serem identificados neles matizes de ideologias e interesses de setores das classes dominantes, instrumentos de manipulação e de intervenção na vida social e política. Cabe ainda salientar o poder da ilustração, da imagem, da caricatura ou das fotografias, encontradas na imprensa, na construção da memória e do conhecimento histórico.<sup>10</sup>

Por conseguinte, os historiadores, preocupados com a acentuada velocidade das invenções tecnológicas nos meios de comunicação, e com as conseqüentes banalizações, imediatismo, amplitude e fragmentações nas veiculações da informação, voltam-se, a partir dos anos 1980, numa crescente, “aos estudos do tempo presente”, a chamada “História do tempo Presente (HTP)”.<sup>11</sup> A HTP pode ser caracterizada: pelo reconhecimento da proximidade temporal e material do pesquisador em relação a seu objeto de estudo; pela existência de fontes testemunhais vivas, partícipes, que interagem e dialogam com o historiador; pela dificuldade de acesso público às fontes em função da sua insuficiente sistematização e das restrições impostas pelas instituições governamentais; e pelo desafio de problematizar, analisar ou caracterizar uma história ainda inconclusa.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Apud LUCA. p. 117-8.

<sup>11</sup> PADRÓS, E. S. & RODRIGUES, G. *História Imediata e Pensamento Único: reflexões sobre a História e o Ensino de História*. In: LENSKIJ, T. e HELFER, N. E. (orgs). *A Memória e o Ensino de História*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

<sup>12</sup> Id. p. 124.

Mas, apesar da não conclusão dos fatos, podemos perceber como satisfatória, a possibilidade de levantamento de várias hipóteses que apontam para uma variedade de cenários explicativos, e o fornecimento de uma base explicativa que satisfaça à primeira demanda sobre o assunto. O acontecimento mais atual, do agora ou do hoje, que pode apresentar relevância histórica, é caracterizado como História Imediata (HI), uma história mais próxima ainda aos nossos dias do que a HTP. Assim, a HTP seria um processo relativamente já explicado, consolidado e estudado historicamente, que dá uma base de entendimento à HI, sendo esta uma abordagem de um elemento novo e imediato do mesmo tema. A HTP e a HI atuam, portanto, sobre cronologias diferentes da História Contemporânea, correspondendo, as duas, a um tempo muito próximo ou muito contemporâneo, e se utilizam de fontes, objetos e desafios muito próximos.<sup>13</sup>

Metodologicamente, o historiador do tempo presente não se diferencia do pesquisador que trabalha em períodos mais distantes, pois ele não pode esquecer que deve trabalhar com profundidade histórica, aplicando rigor crítico e métodos adequados, explicando, hierarquizando e integrando os fatos numa perspectiva focada na longa duração, para se evitar resultados meramente descritivos, superficiais ou fechados numa lógica interna.<sup>14</sup> Com relação às fontes da HTP, apesar da grande variedade de opções de pesquisa, podemos destacar que esta abundância de material, em constante modernização, pode acarretar uma certa instabilidade ao pesquisador, pois se fará necessária a cooperação com outras ciências, em função do grau de especialização exigido e pela singularidade de alguns instrumentos de análise.

A inconclusividade dos temas do tempo presente também pode constituir-se num problema para o pesquisador, pois ele pode entender como definitivo ou provisório, ou sobrevalorizar eventos que posteriormente poderão ser considerados irrelevantes. Apesar deste risco, tais parciais abrem campo para novas hipóteses, ponderações ou mudanças de rumo, o que, naturalmente, faz parte do espectro da análise científica da história, seja ela sobre o presente ou sobre o passado. Neste contexto, o pesquisador da HTP, na busca de um nível de objetividade satisfatório, deve tomar o cuidado de não se precipitar quanto a sua subjetividade, aplicando recursos metodológicos e conceituais adequados, respeitando as evidências concretas, elaborando hipóteses plausíveis, usando referenciais teóricos que aglutinem os movimentos internos do fenômeno, e estabelecendo relações com outros nexos

---

<sup>13</sup> PADRÓS, E. S. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v.11, n. 19/20, p. 199-223, jan./dez.2004.

<sup>14</sup> Apud PADRÓS. p.205

da realidade, sem abrir mão de uma postura ética voltada à construção da ciência e à busca da verdade.

Por outro lado, na construção do conhecimento histórico, o historiador deve ter o cuidado com a influência de critérios políticos e ideológicos na instrumentação dos resultados, pois a veracidade dos fatos deverá ser confirmada pelas fontes, “apesar da história também sofrer disputas internas e ter uma função social de controle e de legitimação do sistema vigente”. Ainda com relação à subjetividade do historiador, não podemos negar que a proximidade temporal e espacial dele com seu objeto gera uma certa inquietação, à medida que se tem o medo que o pesquisador não alcance um grau satisfatório de maior isenção possível, deixando de lado as aparências superficiais dos fatos e seus interesses, apoiando em sólidas bases teórico-metodológicas e explicitando suas posições honestamente em “uma análise objetiva e científica”.<sup>15</sup>

Em suma, conforme Padrós, cabe ao historiador do tempo presente assumir seus papéis social, crítico e cívico, posicionando-se diante de preconceitos e deformações da consciência coletiva e da memória, intervindo na esfera pública contra negacionistas e falsificadores da história, através de opiniões elucidativas, amparadas em princípios éticos e na honestidade intelectual intrínseca ao pesquisador. Logo, a honestidade intelectual do historiador está alicerçada pelo seu cuidado especial em não ocultar matrizes explicativas alternativas às suas, e pela explicitação dos limites e dificuldades do seu trabalho, assim como pelas suas perspectivas teórico-metodológicas, sem o medo de assumir posições, desde que estas não afetem a natureza científica do seu trabalho.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Apud PADRÓS. p. 211 e 213.

<sup>16</sup> Id. p.220.

## 1 A FEBEM DO RIO GRANDE DO SUL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

### 1.1 Breve histórico do atendimento às crianças e aos adolescentes carentes, delinquentes ou em situação de risco em Porto Alegre.

O atendimento e a preocupação com o menor desvalido já eram tema de discussão nos primórdios da Câmara de Vereadores de Porto Alegre por volta de 1773.<sup>17</sup> No final do século XVIII e início do século XIX são criadas as Santas Casas de Misericórdia Portuguesas pelo Brasil, como a de Porto Alegre, fundada em 1814. Na lei Provincial de nº 09 de 22/11/1837, a Câmara de Vereadores passa para a Santa Casa a incumbência de atender aos menores abandonados, juntamente com os outros pobres, doentes mentais, criminosos, jovens e velhos já atendidos por esta instituição.<sup>18</sup>

Em 1845, D. Pedro II em visita a Porto Alegre, doou uma soma em dinheiro - para a construção de um colégio pra meninas órfãs, o Asilo Santa Teresa,<sup>19</sup> que foi juntada às doações colhidas por abastados da cidade para esta construção. O terreno destinado foi na Praia de Belas, ao lado do Morro do Cristal. As obras foram iniciadas em 1846, tendo sido abandonadas logo em seguida.

Entretanto, em 1862, chega à Porto alegre o Padre baiano Joaquim Cacique de Barros, que acaba interessando-se pela situação dos menores abandonados da cidade. Então, O Padre Cacique se apresentou a D. Pedro II, solicitando a posse da área da coroa para que ali se fundasse um asilo no prédio inacabado do colégio.<sup>20</sup> Assim, apelando a todo tipo de

<sup>17</sup> Na sua primeira sessão, em 06 de setembro, o tema dominante foi o cuidado com as crianças expostas, desamparadas ou carentes. MACEDO, Francisco Riopardense de. *Os menores abandonados e o Padre Cacique de Barros*. Porto Alegre, FEBEM/RS, 1982, p.16. In: RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Fundação de Atendimento Sócio-Educativo. *Centro do Jovem Adulto – CJA – Resgate Histórico*. Porto Alegre: CORAG, 2002.

<sup>18</sup> A Santa Casa utilizou-se da “roda dos expostos”, uma espécie de roda cilíndrica que girava em torno de um eixo vertical, para recolhimento de doativos, como alimentos, remédios e mensagens, enviados por penitentes que assim eram mantidos em anonimato. Quando se girava a roda, as doações eram transportadas para o interior da instituição. TRINDADE, Judite Maria Barboza. *O abandono de crianças ou a negação do óbvio*. Revista Brasileira de História. Nº 37, vol.19, 1999. Mais tarde, a roda começou a ser utilizada para receber crianças órfãs ou abandonadas pelos pais na soleira de uma porta na calada da noite, apesar de que muitas crianças também eram entregues diretamente pelos próprios pais carentes, ou eram abandonadas em terrenos baldios ou ruas escuras. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república: elite e povo na virada do século*. 4ªEd. Porto Alegre. Ed. Universidade /UFRGS, 1998, p.77. In: RIO GRANDE DO SUL op. cit. p.18.

<sup>19</sup> Decreto nº 439 de 02/12/1845. In: RIO GRANDE DO SUL. Op. cit. p.14.

<sup>20</sup> BRAGA, Kenny. *Padre Cacique, o pedinte sublime*. Porto Alegre. Já Porto Alegre Editores. 1998, p.16. Apud: RIO GRANDE DO SUL. Op. cit. 16.

donativos da população, o Padre Cacique conseguiu terminar as obras do Asilo Santa Teresa.

Em 1881, ao iniciar a construção do Asilo de mendicidade, Padre Cacique também projetou a criação de um asilo para atender meninos carentes, o futuro asilo São Joaquim (só inaugurado em 1932). Assim é fundada, em 1892, a Sociedade Humanitária Padre Cacique. Em 1933, é criado o Juizado de Menores, o Abrigo de Menores do Partenon, o Conselho de Assistência e Proteção a Menores em Porto Alegre, e o Asilo Santa Teresa é extinto, passando a se chamar Escola de Reforma Padre Cacique. Em 1941, é implantada nacionalmente pela primeira vez uma organização de atendimento ao menor, o Serviço de Assistência a Menores (SAM). No estado, em 1945, surge o Serviço Social de Menores (SESME). Por conseguinte, em 1946 o Estado encampou todas as instituições vinculadas à Sociedade Humanitária Padre Cacique, repassando-as ao SESME, como a Escola de Reforma Padre Cacique, o Asilo de Mendicidade e o São Joaquim.<sup>21</sup>

Mas em 1949, por determinação da lei nº 713 de 04/11, o Estado devolveu à Sociedade Padre Cacique o Asilo de Mendicidade. O asilo São Joaquim e o Padre Cacique permanecem com o Estado, sendo o último a unidade inaugural no atendimento aos adolescentes infratores no Estado, pois recebeu na época os adolescentes infratores que estavam na Casa de Correção, e os que tinham perfil delituoso agravado no Abrigo Provisório Masculino do Partenon.

Em 1952, a Escola de Reforma passa a se chamar “Escola Profissional Padre Cacique”, dando ênfase ao ensino profissionalizante e técnico. Em 1959, o SESME é integrado à Divisão de Assistência Social (DAS), da então criada Secretaria do Trabalho e Habitação. Em 1962 o SESME passa a ser ligado ao gabinete da Primeira Dama do Estado, e no mesmo ano, dia 17 de junho, foi inaugurado, o Instituto Central de Menores (ICM), em caráter de urgência, para servir como “Casa de triagem” do SESME. O imediatismo da construção do ICM indica a preocupação do Estado em solucionar problemas decorrentes de maus-tratos, superlotação ou ausência de atendimento técnico aos internos no Abrigo do Partenon.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> RIO GRANDE DO SUL. Id. p.20.

<sup>22</sup> “Foram aplicados na construção do ICM os requisitos técnicos mais modernos para a recuperação de delinqüentes. O novo estabelecimento possui uma área de quase 5000 m2 de construção, quatro alas de dois pavimentos e mais os pátios internos de recreação e esporte. Construído em tempo recorde, com capacidade para alojar quase 300 adolescentes do sexo masculino, em regime de seleção, trânsito e recuperação temporária, a unidade é dotada de enfermaria, gabinetes médico e odontológico, oficinas de arte e ofícios, salas de aulas, amplos e confortáveis dormitórios, pátios internos para recreação, cinco espaçosos refeitórios, capela, celas individuais e dependências para administração”. *Diário de Notícias*, 16 mai. 1962, p.5. *Correio do Povo*, 30 mai. 1962, p.18. Apud: RIO GRANDE DO SUL. p.29.

A inauguração do Instituto Central de Menores assume uma importância ainda maior, se a relacionarmos com a inauguração recente da Penitenciária do Partenon, pois

“a população carcerária da antiquada, obsoleta e medieval Casa de Correção, em grande parte era constituída de egressos de superados reformatórios, ou então de antigos abrigos de menores, que o desamparo, a falta de assistência e a absoluta falta de meios da parte do Estado levaram ao caminho do crime”.<sup>23</sup>

A construção da nova unidade foi a estratégia do Governo de possibilitar aos menores abandonados novas perspectivas de aprendizado racional, levando-os a tornarem-se elementos úteis à sociedade. Desta forma,

“simbolizando o início de uma nova etapa e o encaminhamento de uma solução definitiva ao problema do ‘menor’ desamparado, à inauguração do Instituto Central de Menores se sucederá a dinamitação do Abrigo de Menores do Partenon, tal qual como aconteceu com a famigerada Casa de Correção, local de visíveis maus-tratos. Ali o interno viverá em sociedade, cultivando e aprimorando o seu instinto gregário, mas nunca em promiscuidade. Celas individuais lhe garantirão tranqüilidade nas horas de recolhimento”.<sup>24</sup>

Mas, no início de 1963, iniciaram-se os estudos para a criação de um novo órgão, fundindo o SESME e a DAS, pois ambos possuíam uma atuação restrita à criança, desvinculada do meio social e dos fatores que incidem sob o processo de marginalidade.<sup>25</sup> Assim, surgiu o Departamento de Assistência Social (DEPAS), sob o Decreto nº 16816 de 17/09/1964, vinculado à Secretaria do Trabalho e Habitação (STH). Segundo versão oficial, consolidava-se, desta maneira, um trabalho co-participativo Governo-Comunidade, voltado para uma visão integrativa da problemática do “menor”.<sup>26</sup> Ainda em 1964, foi criada a nível nacional, no Rio de Janeiro, pela Lei nº 4513 de 1º de dezembro, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

Com o passar do tempo, o ICM foi sendo reestruturado para acolher menores infratores, pois suas instalações não propiciavam grande contenção, conforme relato de um ex-funcionário:

“[...] se não me engano em torno de 67-68, o prédio foi todo reestruturado. Foram feitas mudanças, [...] uma vez que não tinha grades, nem nada”.<sup>27</sup>

<sup>23</sup> Diário de Notícias, 17 jun. 1962, p.11. Idem ibidem.

<sup>24</sup> Idem ibidem.

<sup>25</sup> Idem ibidem.

<sup>26</sup> NETO, Antônio Quinto & et alli. FEBEM 10 anos – ensaio diagnóstico preliminar descritivo. *Estudos*. Porto Alegre, v.2, n.2, p.47. Apud: Idem.

<sup>27</sup> Depoimento de Ângelo Bragagnolo Neto. In: RIO GRANDE DO SUL. Op. cit. p.35.

Podemos perceber, através desse depoimento, que mesmo na época da construção do ICM, a estrutura física do prédio não era idealizada para a função prisional. Em 1968, devido às novas diretrizes, o DEPAS foi desmembrado em duas áreas, uma voltada para o atendimento direto, de recepção e triagem, e a outra voltada para a ação comunitária. Dando-se ênfase à parte de atendimento aos adolescentes, começou a ser estudada a implantação de um organismo que tratasse de forma mais abrangente a situação do “menor marginalizado”, dentro das diretrizes e bases da recém proclamada Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Com isso, o DEPAS começa a ser reestruturado, o Educandário São Joaquim é extinto e passou a ser a sede administrativa do DEPAS. Esses estudos culminaram com a criação da Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM), sob a Lei nº 5747 de 17 de janeiro de 1969, no lugar do DEPAS. Em 1971 foi construída a ala de contenção máxima no ICM, sedimentando assim o programa de fixação e de contenção. Em 1974 foram entregues duas novas unidades no complexo do Morro Santa Teresa, que se estende da Avenida Padre Cacique até o Morro do Cristal, próximo à Vila Cruzeiro do Sul. As obras foram o Centro de Recepção e Triagem Masculino e Feminino (CRT).

O CRT liberou o ICM das funções de triagem e transformou definitivamente sua finalidade, que passou a ser exclusivamente de contenção. Entretanto, ao longo do tempo, foram feitas várias reformas internas no Instituto de forma a adequá-lo a uma melhor racionalização no atendimento aos adolescentes, tentando separá-los pela idade e pelo perfil de delito. Com isso, aos poucos o ICM foi sofrendo com a superlotação, chegando a acolher cerca de trezentos adolescentes, e com a falta de funcionários, e de materiais para os internos, como roupas, utensílios de higiene e limpeza pessoal.

O CRT masculino passou a ser chamado mais tarde de Instituto de Triagem Juvenil Masculino (ITJM), e depois de Instituto Juvenil Masculino (IJM), para menores infratores de 12 a 18 anos. O Centro de Recepção e Triagem Feminino abrigava as meninas abandonadas e infratoras. Pouco depois, foi construído o Instituto Santa Marta, ao lado do ITJM, inicialmente ocupado com os adolescentes do CRT Masculino com perfil mais delituoso, como uma ala de maior poder de contenção.

Anos mais tarde, o Instituto Santa Marta passou a se chamar Instituto Educacional Feminino (IEF), para abrigar apenas as meninas infratoras de 12 a 18 anos, e o CRT feminino ficou com a tarefa de abrigar apenas as meninas abandonadas. O IEF é a única unidade feminina construída até hoje pela Instituição no Rio Grande do Sul voltada ao internamento de adolescentes infratoras. Em 1989, foi inaugurado o Instituto Carlos Santos (ICS), para abrigar menores infratores em regime de semi-liberdade. Em 1997, após

inúmeras adaptações, reformas ou ampliações nas unidades existentes, a Febem começou um projeto de regionalização, construindo os Centros da Juventude (CJ). Os CJs foram voltados para atender menores infratores nas suas localidades, em Santa Maria, Santo Ângelo, Porto Alegre, Uruguaiana, Pelotas, Caxias do Sul, e Passo Fundo.

Em 1998, o ICS passa a regime de internação provisória e regressão de medida sócio-educativa. Em 1999, o ICM torna-se o Centro do Jovem Adulto (CJA), para a internação de infratores de idades entre 18 e 21 anos incompletos, já como o início de um gradual processo de desativação da unidade. Em 2000, o IJM se transforma na Comunidade Sócio-Educativa (CSE), após uma série de mudanças drásticas na sua composição arquitetônica, sendo os dormitórios coletivos transformados em dormitórios individuais. Nesta época, o CRT Feminino foi transformado no Centro da Juventude POA II, nova casa para jovens infratores masculinos. No final de 2002, o CJA foi desativado definitivamente, com o desligamento de todos os internos. Ainda em 2002, foi inaugurado o último CJ, em Novo Hamburgo. Em maio de 2002, a FEBEM-RS é extinta e dividida em duas novas Fundações. Surge a Fundação de Proteção Especial (FPE) - responsável pela rede de abrigos estaduais de atendimento a portadores de necessidades especiais (menores abandonados, com problemas mentais ou neurológicos permanentes, e portadores de HIV) -, e a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS), incumbida no atendimento exclusivamente dos adolescentes infratores do Estado. A partir destas mudanças, as unidades denominadas de Centro da Juventude (CJ) passaram a se chamar Centro de Atendimento Sócio-educativo (CASE), e o Instituto Carlos Santos (ICS) de Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS). Hoje, em 2008, as antigas instalações do CJA, ex-ICM, encontram-se completamente em ruínas, após serem abandonadas, depredadas e saqueadas.

## **1.2 História cíclica dos problemas da FEBEM nas páginas de *Zero Hora*.**

Em várias matérias publicadas em *Zero Hora* no período 1988 a 1999, podemos perceber a importância dada pelo jornal à situação da FEBEM ante sua dificuldade de evitar as fugas dos internos, bem como o risco da ocorrência de motins e rebeliões. Conforme *Zero*

*Hora*, a sociedade ficava exposta aos perigos que a evasão de adolescentes da FEBEM poderia gerar para a segurança da cidade.<sup>28</sup>

Por outro lado, a instituição também era questionada quanto a sua própria eficácia, pois o jornal mencionava que o Instituto Central de Menores, era uma unidade de “contenção máxima”, mas que não conseguia conter as fugas dos internos, e que estes encontravam uma certa facilidade para isto.<sup>29</sup> Um integrante da Ordem dos Advogados do Brasil, em visita ao ICM, em 1991 alertava para a situação grave que passava o Instituto.<sup>30</sup> Além disto, a participação da Brigada Militar para a contenção, controle ou prevenção destes tipos de conflitos na Febem foi decisiva, sendo chamada corriqueiramente pela direção da fundação. Disto se presume que sem a ajuda desta corporação a manutenção da ordem e a solução daqueles episódios ficariam muito comprometidas.<sup>31</sup>

Um relatório da Brigada Militar datado de outubro de 1997 apontava o ICM como a mais problemática unidade da Febem, mesmo sob comando da corporação há mais de um mês, e colocava a sociedade a par do problema. Segundo *Zero Hora*, o relatório comprovava o que as autoridades e a sociedade já supunham:

“O ICM é um sério perigo à segurança pública do Estado”, (...) “continua aceso o pavio de pólvora”, (...) “ICM é um presídio disfarçado de casa de recuperação, um berçário de formação de quadrilhas”.<sup>32</sup>

Por outro lado, em alguns casos, presidentes da FEBEM e autoridades públicas ligadas à área infracional parecem terem se acomodado frente aos conflitos na instituição, pois chegaram a declarar ao jornal que estes problemas seriam naturais, comuns ou previsíveis em se tratando destas casas voltadas à contenção de adolescentes infratores.<sup>33</sup>

<sup>28</sup> “Se ocorrer uma fuga em massa no ICM, muitos crimes acontecerão em Porto Alegre, mas a direção da Febem não se responsabilizará. Os funcionários estão em greve, a segurança está prejudicada, temos só um monitor no ICM, se os menores quiserem fugir não tem como evitar, aproveito para convidar o governador e o secretário da fazenda para visitar a Febem, pois existem instituições em situação vergonhosa”. *Zero Hora*, 23 de nov.1990, p.33

<sup>29</sup> *Zero Hora*: 05/07/1988. 25/08/1988. 11/04/1989. 21/12/1989. 23/11/1990. 24/11/90. 28/01/1991. 12/06/1991. 28/06/1991. 07/01/1992. 03/03/1995. 05/11/1995. 22/12/1995. 21/06/1997. 05/10/1997. 07/10/1997. 09/10/1997. 10/03/1998. 12/05/1999. 31/05/1998. 12/06/1998. 21/07/1998. 17/11/1998. 15/06/1999. 10/09/1999. 08/02/2000.

<sup>30</sup> “O ICM está um caldeirão, e se a greve dos funcionários não for interrompida nos próximos dias poderá ocorrer motins, pois os policiais militares não têm preparo para lidar com este tipo de atividade, (...) apelamos ao governo, é o máximo suportável, a greve dos servidores é o problema maior, a partir daí, só o caos”. *Zero Hora*, 28 Jun de 1991.

<sup>31</sup> *Zero Hora*: 05/07/1988. 13/07/1988. 07/09/1989. 28/01/1991. 06/01/1992. 07/01/1992. 03/03/1995. 05/11/1995. 04/12/1995. 22/12/1995. 03/10/1996. 09/10/1996. 07/06/1997. 09/06/1997. 21/06/1997. 24/06/1997. 05/08/1997. 01/09/1997. 05/09/1997. 10/03/1998. 16/03/1998. 07/04/1998. 15/05/1998. 20/05/1998. 31/07/1998. 03/08/1998. 06/09/1999. 08/09/1999. 15/09/1999. 27/09/1999. 30/12/1999.

<sup>32</sup> *Zero Hora*, 09 de Out.de 1997, p.79.

<sup>33</sup> *Zero Hora*: 05/07/1988. 13/07/1988. 09/10/1996. 06/09/1999.

Por conseguinte, os motins serviram para reclamações dos mais diversos organismos da sociedade civil e pública envolvidos no funcionamento da Febem: membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); membros de Organizações Não-Governamentais (ONGs); do poder legislativo, deputados estaduais responsáveis pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa (CCDH) e vereadores ligados à Comissão Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da Câmara Municipal; do executivo, além da presidente da fundação, os secretários do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS); do poder judiciário, juízes da Infância e da Adolescência; e do Ministério Público, promotores e procuradores.

A fundação recebia seguidas críticas por implantar uma política de confinamento, adotada ao longo dos anos, apontada como desrespeito aos direitos dos internos, que eram recolhidos à instituição, muitas vezes, por motivos “fúteis”, contribuindo para a criação de uma imagem negativa da instituição e o agravamento da situação do adolescente.<sup>34</sup> No dia 12 de setembro de 1989, *Zero Hora* noticiou que a própria secretária do Trabalho e da Assistência Social, Mercedes Rodrigues, parecia descrente com a função da Instituição, ao afirmar no Encontro da Justiça de Menores do Rio Grande do Sul, que: “O menor tem vergonha de dizer que passou pela FEBEM, [...] a FEBEM precisa modificar a sua imagem”.

Corroborando essa declaração, a ex-monitora Eloísa Dias parece confirmar a imagem negativa que a instituição possuía ante à sociedade, ao relatar um episódio em que ela e meninos da FEBEM foram discriminados quando em contato com outras crianças da comunidade.<sup>35</sup>

Por outro lado, *Zero Hora* também propiciou em seus editoriais que presidentes e funcionários da Fundação a defendessem, e justificassem a sua dificuldade em atender satisfatoriamente os internos, definidos como vítimas das contradições sociais e de políticas sociais públicas mal aplicadas. A partir deste tipo de matéria, podemos perceber numa declaração da presidente Tesser, a falta de apoio governamental para as questões da

---

<sup>34</sup> *Zero Hora*: 13/07/1988. 16/10/1988. 18/01/1989. 20/01/89. 09/04/89. 11/04/1989. 12/09/1989. 27/09/1990. 10/05/1998. 31/05/1998. 04/06/1998. 06/06/1998. 25/02/1999.

<sup>35</sup> “Certa vez, no Parque da Redenção, estávamos com um grupo a jogar futebol quando algumas professoras de uma escola próxima chegaram com seus alunos. As crianças tentaram formar um time, que logo foi desfeito pelas educadoras, que, aos gritos, afastaram as crianças, dizendo que o lugar não era deles e que suas crianças não jogavam com marginais, (...) saíram do local olhando os pulsos de seus pupilos e carregando a nossa bola nova”. DIAS, Eloísa. *Por que a casa cai. Do diário de uma monitora de adolescentes privados de liberdade*. Porto Alegre, RS: AGE, 2004. p.33.

FEBEM, assim como a desvinculação da instituição com as ações sociais como um todo.<sup>36</sup> Devido a isto, as triagens da fundação não supriam as necessidades de internação, sofrendo com a superlotação, agravada pela internação prolongada dos adolescentes. Entretanto, esses problemas do poder executivo foram divididos com o poder judiciário.<sup>37</sup> A monitora Dias também culpou o judiciário pelo agravamento dos problemas nas unidades de triagem da instituição, que teriam causado superlotação e a perda do controle da disciplina dos internos.<sup>38</sup>

Em matéria alusiva aos 20 anos da Febem, *Zero Hora* afirmava que a instituição pensava em mudar, não acreditando mais na eficácia das “instituições totais” e nos internatos, e que não houve comemoração pela data.<sup>39</sup> Se levarmos em conta que a função precípua adotada pela Febem para os adolescentes infratores era o confinamento, a contenção, o controle, e a privação de liberdade, podemos, analogamente, comparar a fundação à forma-prisão de Michel Foucault.<sup>40</sup> Em virtude do seu funcionamento, a Fundação parece se adequar também ao conceito de “instituição total” trabalhado por Erving Goffman.<sup>41</sup>

Por outro lado, as constantes críticas à Fundação veiculadas em *Zero Hora* ajudaram a desencadear conflitos políticos, não só pela questão da contenção das fugas, mas também pelas indicações de cargos políticos para a entidade. O “apadrinhamento”, onde políticos

---

<sup>36</sup> A presidente Nair Tesser falou no dia comemorativo aos 20 anos da Fundação, que a FEBEM “é a ponta-de-lança da questão social e nela estão embutidas todas as contradições da sociedade, (...) compreendê-la significa olharmos para uma sociedade de desigualdades e privilégios, onde poucos têm muitos direitos e a maioria tem muitas obrigações, (...) a FEBEM deve ser o patinho feio da história, o lado doente da sociedade”. *Zero Hora*. Opinião. 20 Jan. de 1989.

<sup>37</sup> A coordenadora da triagem da FEBEM declarou que “as triagens forma uma espécie de funil sem saída, [...] os menores infratores convivem com os que não cometeram crimes, [...] as triagens acabam funcionando como um confinamento forçado e sem respaldo jurídico”. *Idem*.

<sup>38</sup> “Começamos a fazer reuniões, nelas discutíamos os fatos ocorridos e quase todas as culpas recaíam na morosidade dos processos, fazendo com que, muitas vezes, rapazes prontos para sair regredissem devido ao tempo que se levava para liberá-los, (...) não estamos recebendo nenhum menor de fora, pois as unidades de triagem estão lotadas”. DIAS, Loc. Cit. p.16.

<sup>39</sup> *Zero Hora*, 18 Jan. de 1989. p.40.

<sup>40</sup> Foucault define a prisão como “uma instituição completa e austera, com a finalidade principal de classificar os indivíduos, distribuindo-os e fixando-os espacialmente, tirando-lhes o máximo de tempo e o máximo de forças, codificando seus comportamentos, mantendo-os visíveis, num aparelho completo observação, registro e notações possíveis, repartindo-os, no intuito de torná-los dóceis e úteis através do trabalho preciso sobre seus corpos”. FOUCAULT, Michel. “Quarta Parte: Prisão”. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Traduzido por Raquel Ramallete. 13.ed. Petrópolis: Vozes. 1987. p. 207.

<sup>41</sup> A instituição total “prisão” de Goffman “é o estabelecimento com tendência ao fechamento, proibindo a livre saída e comunicação de seus membros com o mundo externo, mediante uma vigilância constante, auxiliada materialmente por portas, grades, telas, arames, cães ou guarda externa, onde os internos realizarão as mesmas atividades, em conjunto e em grandes grupos, em horários de rotina pré-estabelecidas verticalmente, com o intuito de proteger a comunidade de perigos intencionais.” GOFFMAN, Erving. “A vida íntima de uma instituição pública”. *Manicômios, prisões e conventos*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1990. p.16-8.

ligados ao governo designavam seus cabos eleitorais para cargos direcionais na FEBEM, causaram descontentamento com a presidência e com funcionários do quadro permanente. As notícias das trocas de presidentes da FEBEM também serviram para comentários sobre a influência de questões políticas no funcionamento da entidade.<sup>42</sup> (Vide quadro 2 ao final deste capítulo).

No jornal do dia 16 de outubro de 1988, a Febem apresentou uma nova filosofia de trabalho, apesar das constantes críticas que Nayr vinha recebendo, inclusive de membros do seu partido, por tentar devolver cidadania aos menores, esvaziando as casas de contenção. Para os críticos, a linha de trabalho de Tesser estaria fugindo daquela defendida pelo partido político do governo estadual, facilitando as fugas e a indisciplina dos internos nas unidades da FEBEM. Nesta mesma edição, o ex-diretor da FEBEM, deputado Sanchotene Felice criticou a administração de Nayr, dizendo que:

“O governo precisa salvar a FEBEM”, [...] as crianças não tem nada, [...] os funcionários estão apavorados com o caos e com o terror, com a lei do silêncio que determina que quem fala algo lá de dentro será demitido”.

Segundo *Zero Hora*, Felice era um dos mais duros críticos da gestão de Nayr. Assim, provavelmente em tom de resposta e desabafo, e ante à pressão sofrida pelas críticas de setores ligados ao governo, ela declarou:

“Atrás de todo projeto social está um projeto político, que, na verdade, deveria ser coletivo, pois se é político está ligado ao poder e o poder só deverá ser exercido em favor da coletividade. [...] a área social sempre foi uma área utilizada muito mais no encaminhamento de projetos individuais do que para projetos coletivos [...] trabalhar na área social não garante monumentos na praça nem serve para vencer eleições”.<sup>43</sup>

Três meses depois, em 06 de abril de 1989, *Zero Hora* noticiou a demissão de Nayr Tesser, ocasião em que ela teria declarado: “Perdi para aqueles que sempre justificaram uma prática repressora e autoritária”, citando o nome do deputado Felice, como um dos vencedores por sua demissão. (Vide Quadros 1 e 2, ao final deste capítulo).

Eloiza Dias parece citar esta briga entre Nayr e Felice quando escreve: “Tivemos uma reunião em que foram comentadas as fugas e suas notícias nos jornais, bem como as brigas entre a presidente da fundação e certo deputado”.<sup>44</sup> Pelas matérias de outubro de 1988 a abril de 1989, bem como pelo relato da monitora Dias, fica evidente que a política

<sup>42</sup> *Zero Hora*: 16/10/1988. 20/01/1989. 06/04/1989. 09/04/1989. 13/04/1989. 25/06/1997. 05/08/1997. 1º/06/1998. 02/07/1998. 04/06/1998. 06/06/1998. 03/07/1998. 05/07/1998. 18/07/1998. 08/03/1999.

<sup>43</sup> *Zero Hora*, 20 Jan. de 1989. p. 5. Opinião.

<sup>44</sup> Apud DIAS, p.14 e 24.

adotada pela presidente estaria facilitando a fuga e a indisciplina dos internos das unidades de infratores.<sup>45</sup>

Para *Zero Hora*, a superlotação era a causa principal dos motins daqueles anos, seguida pela estrutura física frágil das unidades para a contenção de fugas, e pelas condições de sucateamento das unidades. Diretores de Institutos da Fundação, presidentes da instituição, editores de *Zero Hora*, presidentes da Associação dos Funcionários da FEBEM (AFUFE) e do Sindicato da Categoria (SEMAPI) justificaram a precariedade das unidades devido à falta de verbas enfrentada pela Fundação e à burocracia governamental.<sup>46</sup> De igual modo, Dias aponta a superlotação, a perda da disciplina institucional e a facilidade de fugas como causas dos motins.<sup>47</sup>

Quanto à falta de recursos, a FEBEM chegou a promover shows, sorteios, e anunciar projetos de parceria com a iniciativa privada para angariar mais verbas para a sua manutenção.<sup>48</sup> A partir dos anos 1990, a descentralização no atendimento aos adolescentes infratores no Estado foi apontada como uma das soluções para evitar o afastamento dos jovens de suas famílias e comunidades de origem, assim como a superlotação das unidades da capital que eram obrigadas a atender os jovens do interior do Estado.<sup>49</sup> A desativação de projetos das administrações anteriores, bem como o fechamento de abrigos da instituição no interior do Estado, também tinham sido apontados pelo jornal como uma das causas da superlotação das unidades de infratores e abrigos em Porto Alegre.<sup>50</sup>

---

<sup>45</sup> “Nessa tarde a monitoria poderia ter impedido o motim se tivesse usado a força física no início, porém a orientação era não revidar, por ser um período de adaptação dos internos às diretrizes do Projeto de Educação Libertadora, (...) dias depois todos os funcionários do plantão receberam uma cartinha, parabenizando-os por não terem revidado às provocações dos internos, porque, segundo a nova metodologia, os internos estavam apenas liberando a ansiedade adquirida nos tempos de opressão; (...) na manhã seguinte, os que tinham saída livre e até mesmo os que assim o desejassem saíram para casa carregando tudo que puderam, um deles chegou a estender um cobertor no chão, e contando trinta e duas cuecas e várias japonas, saiu dando risadas; (...) todos dormem até o meio-dia, não tem mais escola, as professoras não querem entrar, os monitores estão sendo transferidos ou despedidos, ninguém sabe nada certo”. Apud DIAS, p.22.

<sup>46</sup> *Zero Hora*: 13/07/1988. 13/04/1989. 07/09/1989. 24/11/1990. 12/06/1991. 03/03/1995. 04/03/1995. 06/12/1995. 03/10/1996. 09/10/1996. 07/06/1997. 09/06/1997. 24/06/1997. 25/06/1997. 05/08/1997. 10/03/1998. 27/04/1998. 31/05/1998. 12/06/1998. 15/06/1998. 25/02/1999. 06/09/1999. 09/09/1999. 12/09/1999. 27/10/1999. 31/10/1999.

<sup>47</sup> “A casa está mal e os menores, notando isto, estão se aproveitando, (...) as celas estão lotadas, (...) poucos dias depois, das celas dirigiam a casa, batiam na porta de metal até conseguirem o que queriam, (...) a bagunça é grande, (...) numa casa de contenção sempre se sabe quando está por acontecer uma rebelião ou motim, (...) é como se estivéssemos com um barril de pólvora nas mãos, (...) a rapaziada agitada, a direção sem solução e os funcionários temerosos, (...) as fugas têm acontecido quase que diariamente”. DIAS. Loc.Cit. p.16-17.

<sup>48</sup> *Zero Hora*: 13/04/1989. 21/06/1991.

<sup>49</sup> *Zero Hora*: 20/06/1991. 24/06/1991. 04/03/1995. 09/10/1996. 27/04/1998.

<sup>50</sup> *Zero Hora*, 06 Abr. de 1989.

Na época, o governo do Estado justificou a troca da presidente Tesser devido à desativação de um abrigo no interior sem o consentimento do governador.<sup>51</sup> Os abrigos da Instituição na área rural supriam em parte as necessidades de alimentos das unidades, assim como propiciavam aprendizagem e ocupação aos internos<sup>52</sup>

No que se refere aos projetos pedagógicos e administrativos, *Zero Hora* costumava apresentá-los geralmente após trocas políticas na fundação e durante anúncios de inaugurações de novas unidades e alas, sendo a maior parte destes voltados a combater a superlotação das unidades existentes e os riscos de maus-tratos aos adolescentes infratores.<sup>53</sup> Por outro lado, mesmo noticiando mudanças na Fundação e os planos das novas administrações, *Zero Hora* não deixava de mencionar o passado negativo da FEBEM. Em 1999, *Zero Hora*, em um editorial, apresentou uma definição funesta e pessimista da FEBEM, apesar de propiciar à nova presidente que assumira, Carmem de Oliveira, uma entrevista, onde ela apresentou suas propostas para a criação de uma nova instituição, adequada ao ECA, para o ano 2000.<sup>54</sup>

Análises críticas sobre as estruturas físicas das unidades, geralmente apareciam no jornal após os motins, como naquele ocorrido no recém inaugurado CJ de Porto Alegre, em 12 de junho de 1998. Os prédios dos CJS, segundo juízes, apresentavam diversos erros na

<sup>51</sup> “Nessa época uma das unidades do interior produzia hortifrutigranjeiros, que eram distribuídos nas outras unidades: arroz, feijão, abóbora, batata, milho verde, ovos e verduras, (...) havia também criação de porcos e até de uma vaca ganhadora de prêmios na EXPOINTER, (...) com o passar do tempo, o ECA, que não permite o trabalho até 14 anos, e a gestão de políticos como administradores provocaram um verdadeiro desmonte, (...) as galinhas que já morriam de fome pela falta de ração e de cuidados, uma vez que agora todo o trabalho deveria ser feito pelos servidores, foram sacrificadas e distribuídas nas unidades e núcleos, (...) fizemos reunião-almoço para nossas crianças e familiares, e rifamos e leiloamos galinhas assadas, e com a verba adquirida compramos material recreativo, camisetas para o time de futebol e uma TV colorida para a criança”. DIAS. Loc. Cit. p.39.

<sup>52</sup> “A gente recebia coisas como galinhas, frutas, verduras e carne de porco. Tinha vezes que vinha o porco e nós que esquetejavamos para distribuir para as casas. Tudo produzido aqui no interior. Era produzido milho e arroz. Buscávamos toneladas de arroz. Aí, determinaram que os menores não podiam trabalhar e desmoronou tudo”. Depoimento de Ângelo Bragagnolo Neto, monitor da Febem/RS. Apud: RIO GRANDE DO SUL. p.45.

<sup>53</sup> *Zero Hora*; 27/06/1991. 03/08/1998. 27/10/1998. 25/02/1999. 26/02/1999. 06/09/1999. 27/10/1999. 11/11/1999. 15/12/1999.

<sup>54</sup> A matéria, com o sub-título de “Infância e Juventude” e não mais como “Casa dos Horrores”, anunciou que aquele poderia ser “o último ano da prisão infanto-juvenil denominada FEBEM no Rio Grande do Sul, (...) aonde muitos morreram, a maioria sofreu maus-tratos e torturas e quase todos os infratores saíram pior do que entraram, (...) novas unidades serão construídas, (...) após 30 anos transformando crianças e adolescentes em prisioneiros, a FEBEM poderia ruir, (...) uma comissão fará o atestado de óbito da FEBEM e lavrará a certidão de nascimento de uma nova fundação que atenda à concepção do ECA, (...) com a premissa de educar e não reprimir, (...) uma campanha será lançada para a criação de um novo nome para a instituição”. *Zero Hora*, 25 Fev.de 1999, p.58.

sua concepção arquitetônica.”<sup>55</sup> Quanto a isto, Eloísa Dias confirma em seu livro a insalubridade desencadeada pelo projeto ruim empregado nos CJs.<sup>56</sup>

Em vários momentos, a FEBEM foi obrigada a transferir adolescentes envolvidos em motins para unidades prisionais voltadas a adultos, como medida emergencial. Por isto, a instituição recebeu muitas críticas dos editores de *Zero Hora* e, principalmente, da CCDH, quando enviava os seus internos para a Penitenciária de Charqueadas (PASC), o Presídio Central (PC), a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) e o Instituto Psiquiátrico Forense (IPF).<sup>57</sup> Outra medida emergencial adotada pela fundação após as rebeliões era a substituição dos monitores das unidades de infratores por agentes da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e policiais militares (PMs). Tal medida foi muito criticada pelas entidades de apoio aos funcionários da FEBEM, mas a linha jornalística posicionou-se satisfatoriamente à medida, ao afirmar que a militarização nos presídios teria surtido efeito positivo.<sup>58</sup> Na verdade, *Zero Hora* demonstrou alternância de opinião sobre este tipo de ocupação pela BM, ora vendo-a como benéfica, em um primeiro momento, mas, posteriormente, como ineficaz para acabar com o ciclo de rebeliões e fugas.<sup>59</sup>

Em alguns motins, *Zero Hora* noticiou que as reportagens tinham sido impedidas de acompanhar os desdobramentos dos mesmos, bem como entrevistar monitores, que haviam sido reféns, e menores envolvidos nos conflitos.<sup>60</sup>

Na maioria dos motins cobertos por *Zero Hora*, foram publicadas denúncias de maus-tratos dos internos.<sup>61</sup> *Zero Hora* iniciou no dia 31 de maio de 1998 uma série de reportagens sobre a instituição, programadas inicialmente para cinco dias, mas que foi aumentada em mais três dias, sob o título “Casa dos Horrores”. No primeiro dia, cujo título foi “Um inferno chamado FEBEM”, *Zero Hora* mostrou que a Instituição vivia em

<sup>55</sup> Os magistrados definiram as novas casas construídas pela Febem de “jaula de leões, cadeia, alcatraz”, devido à péssima acústica, pouca iluminação, telas de fácil remoção e telhado com cúpula azulada alucinógena. *Zero Hora*, 15 Jun.de 1998, p.54.

<sup>56</sup> “Passo pelo C.J. POA I todo coberto. Deve estar um calorão danado lá dentro, sendo por isso conhecido como microondas. Pelo barulho devem estar jogando futebol na quadra que fica no centro, separando as duas alas. É um prédio completamente fechado, com teto de folhas de zinco. Quando os adolescentes acendem seus cigarros a fumaceira é tanta que se torna impossível enxergar de uma ala a outra”. Apud: DIAS, p.68.

<sup>57</sup> *Jornal Zero Hora*: 07/09/1989. 07/01/1992. 06/09/1999. 05/11/99. “Os menores ao chegarem na PEJ, ainda teriam promovido algazarra e agitação, fato que contagiou os demais presos do estabelecimento e, na seqüência dos acontecimentos, os menores ainda iniciaram uma greve de fome forçando seu retorno ao ICM”. *Zero Hora*, 14 de set. de 1989, p.59.

<sup>58</sup> *Zero Hora*: 17/06/1991. 04/12/1995. 05/09/1997. 02/08/1998. 06/09/99. 27/09/99.

<sup>59</sup> *Zero Hora*: 05/09/1997. 09/10/1997. 1º/06/1998. 12/09/1999.

<sup>60</sup> *Zero Hora*: 14/08/1988. 04/03/1995.

<sup>61</sup> *Zero Hora*: 07/01/1992. 04/03/1995. 07/06/1997. 09/06/1997. 25/06/1997. 10/05/1998. 31/05/1998. 1º/06/1998. 04/06/1998. 05/07/1998. 04/08/1998. 25/02/1999. 06/09/1999. 09/09/1999. 28/09/1999.

convulsão permanente, onde mortes, maus-tratos, uso abusivo de psicotrópicos e rebeliões faziam parte da rotina das suas principais casas. Nestas matérias, *Zero Hora* utilizou-se de artifícios gráficos, como fotos sobrepostas, resumos explicativos, desenhos e mapas. A cada intervalo de parágrafo, foi colocado um artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com o assunto em que a prática da FEBEM o descumpria. *Zero Hora* também se valeu de resultados de sindicâncias para traçar o grau de perplexidade e de generalização dos problemas vividos na Fundação.

Assim, podemos perceber um alto grau de dramaticidade nas expressões utilizadas nas matérias, algumas já enumeradas na introdução deste trabalho. Entrevistas com familiares de internos mortos na FEBEM, a descrição da infância humilde e do histórico delinqüente dos jovens completaram o quadro dramático do editor. Com isto, fica evidente na série “Casa dos horrores” a intenção da editoração de *Zero Hora* em definir os monitores e a presidente da FEBEM como vilões e responsáveis principais pela ocorrência das mortes e maus-tratos na Fundação, isentando das críticas órgãos e autoridades governamentais. Nos depoimentos colhidos de Juízes, membros de ONGs, deputados e diretores da OAB, as críticas são direcionadas especialmente à FEBEM e a sua presidente, pois o governo estadual não é citado explicitamente.<sup>62</sup> Entretanto, alguns dias após, *Zero Hora* informou que o deputado Pompeu de Matos, ao criticar novamente a Fundação, teria lamentado que ao solicitar esclarecimentos do governo sobre a situação da FEBEM, não teria sido atendido. O deputado ainda teria solicitado a anexação da reportagem “Casa dos horrores” aos anais da Assembléia Legislativa. A série de reportagens “Casa dos horrores” foi mencionada em várias matérias subseqüentes em *Zero Hora*, principalmente sobre os desfechos do indiciamento de Becker devido às mortes de internos ocorridas na FEBEM.

A série “Casa dos horrores” de *Zero Hora* parece ter desestabilizado setores do governo, além de influenciar na substituição da presidente Maria Becker por Afonso Konzen, e, por fim, na reafirmação de uma imagem negativa da fundação.<sup>63</sup> Entretanto, *Zero Hora* demonstrou uma certa ambigüidade no seu posicionamento frente às questões políticas da FEBEM, ao alternar entre elogios e críticas a presidentes, como Maria Josefina

---

<sup>62</sup> O deputado da CCDH Pompeu de Matos declarou que “os menores que ingressam na Febem, entram no corredor da morte, (...) o ICM é um lugar de medo, as mortes vão continuar se nada for feito, mas a presidente da Febem não está nem ai, a Febem é uma nau desgovernada”. *Zero Hora*, 1º de Jun. de 1998.

<sup>63</sup> Ao ser demitida, Maria Becker declarou que “meu projeto não fracassou, (...) fui vítima de interesses perigosos e secretos, (...) na época dos episódios no ICM houve casos semelhantes em vários pontos do Brasil, (...) suicídios à medida que são denunciados têm caráter contagioso, viram moda, a sociedade quer ver os problemas ocultos”. *Zero Hora*, 03 Jul. de 1998. p.55.

Becker, que foi muito criticada durante sua gestão, mas, após sua demissão, o jornal apresentou suas obras de melhorias na instituição.<sup>64</sup>

A respeito da frequência de notícias de motins da FEBEM, houve momentos em que o jornal simplesmente não noticiou conflitos violentos na instituição, como nos anos de 1993 e 1994. Entretanto, segundo Martha<sup>65</sup>, isto se deveu a três fatores:

a- À “habilidade” de Queiroga (Ricardo Queiroga, presidente da Febem neste período) em lidar com a imprensa, negociando notícias “boas” sobre a Instituição, em troca de depoimentos dos menores infratores mais perigosos e famosos da cidade, evitando-se, assim, notícias sobre as fugas na FEBEM;

b- à abundância de recursos para o atendimento aos adolescentes, como materiais de higiene, limpeza, recreativos, esportivos, vestuário, e de cama, que davam para suprir a necessidade das unidades mesmo sem receber algo do almoxarifado central durante três meses;<sup>66</sup>

c- e à ocorrência de fugas nas quais os menores dominavam os monitores com estoques ou driblavam a vigilância, sem a necessidade de se amotinarem ou promoverem alguma rebelião.

Para Martha, as rebeliões são tentativas de desordem promovidas pelos internos, ao não conseguirem fugir, sem a tomada de refém; e os motins são a insistência na possibilidade de fuga, com a tomada de reféns, após uma primeira tentativa de fuga frustrada. A concomitância de medidas sócio-educativas, a falta de guarda externa, a ociosidade dos internos e a possibilidade da entrada de drogas nas unidades foram apontadas por *Zero Hora* como causas para a deflagração dos motins. Dias confirma este tipo de problema e a previsão de motim neste tipo de unidade.<sup>67</sup>

<sup>64</sup> *Zero Hora*: 03/10/1996; 07/04/1998; 04/07/1998; 16/07/1998.

<sup>65</sup> Depoimento colhido de Luiz Felipe Martha, monitor da Febem, no ICS, em 18 de Outubro de 2008. Martha já foi presidente da AFUFE, diretor do IJM e inúmeras vezes chefe de equipe de unidades da Instituição. Hoje, ele é chefe de equipe de um dos plantões do ICS.

<sup>66</sup> Pressentindo uma rebelião, Queiroga atendeu reivindicações: “atendi algumas reivindicações, como material esportivo, lazer, melhoria na alimentação e aumento do horário de visitas”. *Zero Hora*, 07 e 08 Jan. de 1992.

<sup>67</sup> “Na casa proliferava uma confusão de medidas judiciais, tínhamos os sem possibilidade de atividade externa, os com possibilidade e os com liberdade assistida que vinham passar o fim de semana. Alguns vinham com dois ou três meses sem saída, e quando cumpriam eram liberados. Essa mistura gerava uma confusão danada, pois no final de semana chegavam os com liberdade assistida, sem nenhuma infra-estrutura para recebê-los, (...) casa lotada, férias de funcionários, calor e aqueles jovens sem fazer nada o dia inteiro, (...) foi o primeiro motim em casa semi-aberta na história da Fundação. Era urgente e necessária a separação física e das medidas judiciais que a casa comportava. (...) Alguns pediam para não saírem no final de semana, pois eram obrigados a trazer drogas que conseguiam passar para dentro da casa pelo telhado, pelas janelas ou era consumida próximo ao prédio, (...) o prédio tinha janelas para a rua, sem nenhuma cerca ou policiamento, o que facilitava o uso de jibóia (corda feita de tiras), (...) nos dias de visitas é comum encontrar drogas e material perfuro-cortante nas revistas feitas nos familiares”. Apud: DIAS, p.42, 45, 49.

**QUADRO 1: Governadores do RS e seus mandatos (1988 a 1999)**

GOVERNADORES E PERÍODO	
Pedro Simon (PMDB)	1º/01/87 a 31/12/90
Alceu Collares (PDT)	1º/01/91 a 31/12/94
Antônio Britto (PMDB)	1º/01/95 a 31/12/98
Olívio Dutra (PT)	1º/01/99 a 31/12/2002

**QUADRO 2: Governadores do RS e presidentes da FEBEM/RS**

GOVERNADOR (PARTIDO)	PRESIDENTE DA FEBEM	PERÍODO
Pedro Simon (PMDB)	Nayr Tesser	25/03/87 a 10/04/89
Pedro Simon (PMDB)	Eunice Frantz da Costa	12/04/89 a 09/05/90
Pedro Simon (PMDB)	David Fernandes Carvalho	11/05/90 a 25/05/90
Pedro Simon (PMDB) e Alceu Collares (PDT)	Irmã Nely Souza Capuzzo	25/05/90 a 15/03/91
Alceu Collares (PDT) e Antônio Britto (PMDB)	Ricardo Souza Queiroga	18/03/91 a 05/01/95
Antônio Britto (PMDB)	Carlos Roberto C. Dihl	05/01/95 a 23/01/95
Antônio Britto (PMDB)	Maria Josefina Becker	23/01/95 a 30/06/98
Antônio Britto (PMDB)	Afonso Armando Konzen	01/07/98 a 31/12/98
Olívio Dutra (PT)	Carmem Silveira Oliveira	08/01/99 a 19/05/2000

## 2 O JORNALISMO DE *ZERO HORA* E A CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DO FUNCIONÁRIO DA FEBEM E DO ADOLESCENTE INFRATOR

### 2.1 A imagem do funcionário da FEBEM.

Ao longo do período pesquisado, o funcionário da FEBEM vai sendo definido por *Zero Hora* de forma bastante instável, ora como vilão, ao ser acusado de cometer abusos e maus-tratos aos adolescentes infratores, ora como vítima da conjuntura institucional e governamental, devido à dificuldade da instituição em propiciar-lhes condições adequadas de trabalho.

Para o jornal, era prejudicial à instituição a existência de grupos diferentes de funcionários com o mesmo cargo. Isso se devia à forma de contratação, ou seja, os monitores poderiam ingressar a partir de concurso público ou através de contratações emergenciais. Por outro lado, ficou bastante evidente, no maior número de matérias analisadas, a intenção de *Zero Hora* em identificar os monitores como partícipes de situações em que teriam sido apontados como autores de atos de imperícia, omissão ou impotência na resolução dos conflitos violentos na Instituição.

Apesar disto, o risco de vida constante a que os funcionários estavam submetidos ao exercerem suas atividades não foi deixado de ser noticiado pelo jornal, através das notícias de agressões entre os monitores e os internos durante as rebeliões. Quando *Zero Hora* noticiou os conflitos violentos na FEBEM, entrevistou membros de entidades de defesa dos direitos humanos dos adolescentes, que apontavam os monitores como agressores e co-responsáveis pelos motins. Assim, a cada nova notícia de motim, os funcionários eram apontados como autores de maus-tratos e agressões aos internos. Entretanto, as autoridades administrativas da Fundação, nestes momentos, enumeravam possíveis medidas de solução, como redução da superlotação, para melhorar o atendimento aos internos, mas não apresentavam medidas que pudessem propiciar aos funcionários melhores condições de trabalho.

Mesmo após os motins, em que funcionários foram vítimas de agressões, eles foram seguidamente questionados quanto a sua honestidade, uma vez que todas as direções da Fundação reclamaram pela imprensa do número elevado de horas extras laborais efetuadas pelos monitores, dizendo que elas eram desnecessárias ou forjadas pelos próprios

servidores. Alguns secretários de Estado inclusive chegaram a afirmar à *Zero Hora* que desconfiavam dos funcionários, devido à ocorrência de motins em períodos eleitorais, definindo-os como “sabotagem eleitoral”.

Em alguns motins os custos de pessoal foram apontados como a principal despesa da FEBEM, assim como os funcionários foram qualificados por *Zero Hora* como detentores de privilégios, em função das horas extras laboradas, chamados inclusive de “infratores”, assim como irresponsáveis por permitirem a fuga de internos durante greves na Fundação.<sup>68</sup> Por outro lado, Eloísa Dias confirmou a necessidade dos funcionários de exercerem horas extras devido à carência de pessoal, assim como admitiu as contestações das administrações da FEBEM e do governo estadual.<sup>69</sup>

*Zero Hora* também apontou a resistência do quadro funcional às mudanças impostas a cada troca de comando como um problema crônico na Fundação, definindo-a como “rebelião permanente”. Assim, o jornal dava mais ênfase à questão funcional nas matérias sobre motins, ao invés do risco de vida que funcionários e internos enfrentavam nessas ocasiões.

Apesar disto, *ZH* nunca deixou de apresentar os dois lados das questões, entrevistando funcionários e dirigentes da associação e sindicato ligados aos monitores. A editoração do jornal mostrava opiniões de leitores a cada notícia de risco de violência ou fuga na instituição.

Assim, podemos perceber que as questões da FEBEM levantavam dúvidas ou incertezas na população quanto a sua eficácia, ocasionando questionamentos quanto às responsabilidades, riscos ou competências dos servidores.

---

<sup>68</sup> “Os monitores que têm a tarefa de vigiar os reclusos, abandonaram a função”. *Zero Hora*, 21 Dez. de 1989. “A greve dos funcionários da FEBEM é o problema de maior risco. Apelamos para o governador do Estado para solucionar este problema, que chegou ao máximo suportável. A partir daí, só o caos”. Depoimento de membro da OAB/ RS. *Zero Hora*, 28 Jun. de 1991. “Hora extra não é privilégio, é uma lamentável necessidade”, disse a presidente Becker, ao cortar o que considerava um excesso de horas extras. *Zero Hora*, 04 Jun. de 1998. “Carmem tem trabalhado 12 doze horas diárias. (...) Ela conhece os contornos da bomba-relógio armada embaixo de sua cadeira, (...) E um corpo de 2,3 mil funcionários com salários defasados e privilégios adquiridos (...). As horas extras chegaram a 60 mil em dezembro de 1998, consumindo cerca de 22% da folha de pagamento, e nem sempre foram necessárias. (...) De todas as bombas que a direção terá de desarmar antes que exploda na mão, a das horas extras é a mais periclitante. (...) “O descontrole administrativo nos tornou reféns dos funcionários. Em lugar de pleitear reposição salarial, optaram pela inflação. São tão infratores quanto os adolescentes”. *Zero Hora*, 25 Fev. de 1999. Carmem afirma ter herdado um número excessivo de horas extras. *Zero Hora*, 03 Mar. de 1999. O custo mensal de um infrator é de R\$ 3,5 mil, sendo 86% com pessoal. *Zero Hora*, 11 Nov. de 1999.

<sup>69</sup> “As unidades criadas nos últimos anos absorveram grande número de trabalhadores sem que houvesse novas contratações, principalmente para a função de monitor, que é obrigado a fazer hora extra quando a unidade precisa, mas sempre é acusado de onerar o Estado, que o transformou em vilão de um sistema que não cabe a ele gerenciar”. Apud: DIAS, p.69.

Quanto à militarização da FEBEM pela BM, substituindo os monitores, *Zero Hora* parece ter tomado uma postura um tanto paradoxal, pois ao anunciar isto, não comentou o risco que os internos poderiam correr com a presença da corporação militar.<sup>70</sup> O jornal também parece ter seguido a linha de atuação adotada pelas direções quanto ao seu foco de críticas, pois concomitantemente à postura da direção da FEBEM em atender às reivindicações dos internos, *Zero Hora* dirigia suas críticas à questão funcional do que ao comportamento dos adolescentes infratores.<sup>71</sup> Por outro lado, as Comissões de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado e da Câmara Municipal de Porto Alegre compareceram e atenderam os internos após alguns motins, promovendo denúncias e solicitações dos mesmos à administração da Fundação, mas, em nenhum desses casos, *Zero Hora* noticiou que essas comissões ouviram ou atenderam às reivindicações dos monitores da FEBEM. Assim, os afastamentos de funcionários envolvidos em sindicâncias devido a denúncias de maus-tratos aos adolescentes deixaram os demais monitores com receio de novas punições. Eles também reclamavam que a direção da instituição cobrava-lhes uma postura branda no atendimento aos internos.<sup>72</sup> Por outro lado, *Zero Hora* veiculou em alguns editoriais e “cartas do leitor”, manifestações contrárias à grande atenção dessas comissões aos anseios dos internos, e a não reciprocidade aos dos servidores da instituição. Os funcionários, no entanto, não conseguiam chegar a um acordo sobre essas divergências, chegando inclusive tais desacertos a serem citados pelas direções da FEBEM e por *Zero Hora* como um dos motivos da eclosão das rebeliões. Alguns declararam à *Zero Hora* que estavam sem saúde física e psíquica devido aos constantes motins.<sup>73</sup>

<sup>70</sup> “Inicialmente a Brigada entrou e o pessoal trabalhava armado. Depois, talvez um ou dois meses, o pessoal, por iniciativa também do diretor, começou a trabalhar sem arma na cintura, ficou só o pessoal do corredor. Posteriormente, saiu também essa arma, o pessoal só trabalhava com cassetete, que serve para imobilizar. Aos poucos, também foi saindo esse aparato”. Depoimento de Hércules de Araújo Menezes, técnico em educação da FEBEM/RS. Apud: RIO GRANDE DO SUL. p.105.

<sup>71</sup> *Zero Hora*, 08 Jan. de 1992.

<sup>72</sup> “Sabe, a gente passou cenas em motins de funcionário agredido, machucado, funcionário sair de lá com a estrutura emocional abalada. Aí, o cara sai de lá mal, estressado por uma situação de violência, de agressão, e os direitos humanos correm pra ver os guris, sabe? Aí quando a pessoa entra em stress, é justificável que se torne um mau funcionário, que se torne relapso e que permita que aconteça a fuga. O pessoal cansa! Teve uma época que até se dizia assim: Se um interno subir o muro pra fugir, eu não puxo ele pelo pé! Se ele cair e se machucar eu sou o agressor, então deixa fugir, pelo menos fugiu né? Vou responder igual, então vou responder que ele fugiu. Não vou responder por agressão, ficar na ficha funcional que eu lesionei uma pessoa! Então teve esse sentimento que ficou confuso”. Depoimento de Jéferson de Mello Ribeiro, monitor da Febem/RS. Apud: RIO GRANDE DO SUL. p.95.

<sup>73</sup> *Zero Hora*, 24 Jun. de 1997. “O trabalho como monitor gera desgaste que pode chegar muitas vezes à fadiga patológica. Esta última caracteriza-se por irritabilidade, distúrbios do sono, desânimo e, às vezes, dores diversas e perda de apetite [...] uma certa agressividade leva por parte do trabalhador, muitas vezes a desentendimento na família, uso de álcool, psicotrópicos entre outros...”. POLI, Maria Mônica Candal. *Monitor da FEBEM/RS: sujeito e função*. Porto Alegre, 1995. (Dissertação de Mestrado, PUC/RS). p.49,50. IN: RIO GRANDE DO SUL, p.95.

Na série “Casa dos horrores”, que apontou cerca de nove mortes de internos dentro da Fundação, os monitores foram definidos como “negligentes”, “omissos”, “assassinos” e “carrascos”,<sup>74</sup> muito embora as sindicâncias dos casos tenham apontado problemas de gerenciamento, falta de material preventivo e despreparo funcional.<sup>75</sup> Corroborando essas imagens os próprios servidores declaravam sentirem-se discriminados, por trabalharem na Fundação, inclusive por alguns meios de comunicação.<sup>76</sup>

Além disto, a substituição dos monitores por agentes da SUSEPE após os motins pode ter desencadeado um sentimento de desprestígio nos monitores, além de ter colocado em risco a disciplina e a segurança de internos e monitores. Tal fato foi levantado por Dias, como prejudicial à Instituição e à imagem dos monitores.<sup>77</sup>

No final da década de 1990, os monitores também foram definidos como “revoltosos” nas páginas de *Zero Hora*, quando foi noticiado que a administração de Carmem de Oliveira, iniciada em 1999, não estava disposta a ceder às pressões dos funcionários, como todas as outras administrações anteriores.<sup>78</sup>

Por fim, cabe chamar atenção para o fato de que, apesar do jornal divulgar em uma matéria que o quadro funcional da FEBEM era composto na sua maioria por monitores do sexo feminino,<sup>79</sup> *Zero Hora* se absteve de investigar se as funcionárias sofriam discriminação, preconceito ou dificuldades em exercer suas atividades no atendimento a uma clientela formada por cerca de noventa e nove por cento de jovens do sexo masculino. *Zero Hora* noticiou em apenas alguns episódios de fugas e motins que monitoras haviam

<sup>74</sup> “os monitores nada fizeram, [...] mandaram os menores esperarem, [...] hesitaram ante o cadeado incandescente”. *Zero Hora*: De 31 Mai. de 1998 a 07 Jun. de 1998.

<sup>75</sup> Na sindicância do fato, foi citado que os extintores estavam vazios e em número insuficiente. *Zero Hora*. 31 Mai. de 1998.

<sup>76</sup> “A gente não era bem visto pela sociedade em si, pois achavam que por trabalhar com delinquentes, com o menor abandonado, a gente era meio nivelado”. Depoimento de Luis Carlos Brito da Silva, monitor da FEBEM/RS. “A crítica sempre foi muito grande sobre todo o serviço. O jornalista Mendes Ribeiro falava muito da instituição no jornal, na TV e no rádio. Então o convidaram para ir ao antigo ICM e ele transmitiu um programa de lá. Mas depois de conhecer tudo, ele nunca mais falou nada”. Depoimento de Saul Paulo Del Fabro, professor que lesionou no ICM. “A depreciação que eu falo, era em função de que tu não está trabalhando em uma instituição que tem nome, tu está trabalhando em uma instituição que a cultura e os meios de comunicação botam lá embaixo. Só falam quando vai mal, quando estoura”. Depoimento de Jorge Gilberto Krug, assistente social da Febem/RS. Apud: MENEZES & SOUZA, p.69.

<sup>77</sup> “No CJA os funcionários receberam treinamento pela SUSEPE, que, na prática, resultou na demissão de cinco funcionários e num motim que vimos pelas grades da unidade de semi-liberdade [...], esse motim aconteceu após a retirada da SUSEPE, que, por algum tempo, ficou responsável pela casa, [...] os funcionários sabiam que iria acontecer, porque os internos, sabedores da retirada do pessoal da SUSEPE, ameaçavam abertamente, anunciando o que iriam fazer”. Apud: Dias. p. 74.

<sup>78</sup> *Zero Hora*. 12 Set. de 1999. p. 50.

<sup>79</sup> *Zero Hora*. 17 Mar.de 1999. p.07.

sido agredidas e pressionadas pela direção das unidades para que evitassem as fugas.<sup>80</sup>

Sobre esta última hipótese, a monitora Dias parece confirmar a carência de funcionários do sexo masculino no atendimento à clientela infratora masculina, bem como um certo preconceito em relação às monitoras por parte dos gestores na Fundação.<sup>81</sup> Por outro lado, a predominância de monitoras no atendimento a garotos infratores pode ter sido um fator de estímulo a problemas decorrentes em virtude de possíveis envolvimento amorosos entre internos e funcionárias. Dias parece deixar subtendidas eventuais situações constrangedoras e violentas a que as monitoras estariam submetidas ao lidar com uma população de infratores predominantemente masculina.<sup>82</sup>

A Fundação só propiciou atendimento psicológico gratuito e sistemático aos funcionários após o motim de seis de setembro de 1999, quando um monitor acabou sendo morto por um interno.<sup>83</sup>

---

<sup>80</sup> *Zero Hora*: 21 Jul. de 1998. p.56. 17 Nov. de 1998. p.53.

<sup>81</sup> “Depois de muitos testes, entrevistas e treinamento, chegamos ao Instituto Central de Menores. Éramos, ao todo dezoito pessoas [...] fomos divididos em dois grupos: um para o turno da manhã, outro para o turno da tarde. Neste último foi designado apenas um homem, surgindo aí o primeiro problema. [...] a turma da tarde, sempre mais moderada, era mais observadora, talvez pelo fato de ter mais mulheres. [...] Fui trocada por um funcionário homem, pois o diretor não queria mulher nas alas e também por eu ser muito contestadora. [...] após conversar com o diretor, que se mostrou apreensivo por colocar mais uma mulher no seu quadro funcional, fui encaminhada a uma das alas [...]. Apud: DIAS, p.8,9,24,40. “Finalmente aconteceu. [...] a situação não estava fácil no IJM, pois a segurança era pouca, os funcionários sentiam-se fracos, impotentes. [...] Monitoras discriminadas por alguns colegas por serem mulheres eram debochadamente chamadas de tiazinhas”. *Zero Hora*. 13 Set. de 1999. Carta de leitor. p.51.

<sup>82</sup> [...] Um deles implicou com minha colega. Sua fúria era tanta que deixou claro que estava apaixonado por ela. [...] Tínhamos um rapaz dado à práticas de artes marciais. Era forte e musculoso. [...] As brigas no banheiro sempre são difíceis de separar, pois como os oponentes estão pelados e ensaboados, não temos como segurá-los.” DIAS, Loc. Cit. p.43. “Em 1998 participei de um curso de qualificação admissional com cerca de quarenta monitoras aprovadas no concurso de 1997. Ao final de uma palestra, um agente da SUSEPE, alertou as monitoras que, em menos de seis meses, uma delas se envolveria amorosamente com algum interno. Por isto, as monitoras ameaçaram processá-lo. Porém, em três meses, já era confirmado o primeiro envolvimento. No primeiro ano desta nova turma de funcionários, três casos foram constatados”. “Só este ano, estão sendo apurados três casos amorosos de internos e monitoras em apenas uma unidade. Um monitor está afastado por se envolver com várias meninas no CASEF. Já presenciei o envolvimento de um mesmo interno com três monitoras e um funcionário. Sei de alguns casos de internos terem filhos com monitoras e viverem juntos. Tinha uma monitora que no horário de visitas aos internos ia visitá-lo.” Depoimentos de uma monitora e de um monitor da FEBEM-RS ao autor em Outubro de 2008, que preferiram não se identificar.

<sup>83</sup> “Como a fundação não dispunha de nenhum setor para atendimento aos funcionários nessa área, procurei o setor de psicologia de uma faculdade”. Apud: DIAS. p.62. A Fundação atualmente propicia atendimento psicológico somente mediante o pagamento de uma taxa de R\$30,00, e não dispõe de nenhum tipo de acompanhamento psicológico sistemático aos funcionários.

## 2.2 A Imagem do adolescente infrator

Através das notícias pesquisadas pudemos perceber a predominância em *Zero Hora* de definições dos jovens como “amotinados”, “delinqüentes”, “rebelados”, “violentos”, “destemidos” e “audazes”. Assim, sempre foi informado que nos motins eles portavam armas artesanais, agrediam funcionários, faziam reféns e só se rendiam com a intervenção da BM.<sup>84</sup>

Em outras matérias, porém os jovens eram definidos como o resultado de problemas da sociedade em geral. Em 1988, a presidente Tesser parecia justificar a ocorrência dos motins como uma resposta à realidade vivida pelos jovens antes de ingressarem na instituição:

“Não é resolvendo o problema do ICM que serão resolvidos os problemas da FEBEM, mas sim, com ações comunitárias nas vilas da periferia de Porto Alegre”.<sup>85</sup>

Por outro lado, *Zero Hora* também identificou os internos como um produto de problemas causados por uma política de confinamento, que favorecia a internação e o convívio de jovens de históricos e perfis diferentes no mesmo local.<sup>86</sup>

Os jovens também são representados como “sem recuperação” ou “contumazes”. Na matéria “O círculo vicioso da triagem” de 1988, o jornalista narrou o histórico delitivo de um menor desde sua infância, e uma diretora da Triagem da FEBEM afirmava que “as triagens formavam uma espécie de funil sem saída, (...) existem jovens que já ingressaram na instituição quarenta e três vezes”.<sup>87</sup> Na mesma matéria, ao serem relatados episódios em que teriam praticado violência sexual, uso generalizado de drogas e práticas homossexuais dentro das unidades, os jovens da FEBEM são definidos como “drogados”, “promíscuos”, “violentos” e “impunes”.

Na seqüência da reportagem, um jovem é definido como um “criminoso cruel e frio”. O editor afirmou que um menor teria narrado com indiferença o assassinato de um policial com oito tiros: “J. exhibe marcas de balas nas pernas e relata que descarregou a

---

<sup>84</sup> *Zero Hora*: 05/07/1988; 14/08/1988; 06/09/1989; 07/09/1989; 28/01/1991; 12/06/1991; 06/01/1992; 24/11/1992; 03/03/1995; 05/11/1995; 04/12/1995; 03/10/1996; 09/10/1996; 07/06/1997; 09/06/1997; 21/06/1997; 24/06/1997; 05/08/1997; 01/09/97; 07/04/1998; 21/07/1998; 17/11/1998; 06/09/1999; 30/12/1999; 07/02/2000.

<sup>85</sup> *Zero Hora*. 13 Jul. de 1988. p.47.

<sup>86</sup> *Zero Hora*. 16 Out.de 1988. p.34.

<sup>87</sup> Idem Ibidem.

pistola fornecida por amigos”.<sup>88</sup> Por conseguinte, os jovens infratores parecem passar por um processo de criminalização ou incriminação por meio do discurso do jornal, uma vez que, após as notícias de motins, *Zero Hora* apresentava reportagens sobre crimes cometidos por menores, além de editoriais sobre a questão do menor infrator.<sup>89</sup>

Corroborando aquele possível processo de criminalização, *Zero Hora* descrevia os garotos da FEBEM através de seus apelidos, e de termos como “reclusos” e “delinqüentes”.<sup>90</sup> *Zero Hora* também comparou os internos da FEBEM com criminosos adultos, ao noticiar as transferências deles para os presídios para maiores, ou por meio de editoriais que compararam as medidas sócio-educativas com as penas aos detentos maiores de idade.

Entretanto, por volta de 1990, provavelmente em função da promulgação do ECA, os apelidos dos jovens não foram mais citados, e estes começaram a ser chamados de adolescentes infratores ou internos.

Ao noticiar os motins e as fugas na FEBEM, *Zero Hora* sempre informou a gravidade dos delitos dos rebelados e fugitivos, numa clara preocupação em defini-los como um risco à sociedade. Por outro lado, segundo a editoração, os menores da FEBEM possuiriam condições de reivindicar, exigir e propor tréguas durante os motins, perante as autoridades ligadas à instituição.<sup>91</sup> Os menores da FEBEM foram retratados no jornal como um risco à saúde da população, uma vez que *Zero Hora* noticiou, após a eclosão de um motim no ICM, que “16 reclusos de alta periculosidade fugiram, sendo um portador do vírus da AIDS e a maioria possuía antecedentes por homicídio”.<sup>92</sup>

Editoriais e cartas de leitores também definiam os adolescentes infratores como um custo alto para a sociedade e o Estado arcar.<sup>93</sup> Por outro lado, o periódico também identificou os menores como vítimas de possíveis agressões, maus-tratos, negligências e omissões por parte de monitores e policiais militares.

---

<sup>88</sup> Id. p. 35.

<sup>89</sup> *Zero Hora*, 19 Out. de 1988. p.59.

<sup>90</sup> *Zero Hora*: 25/08/1988. 19/10/1988. 06/09/1989.

<sup>91</sup> *Zero Hora*, 10 Mai. de 1998.

<sup>92</sup> *Zero Hora*, 28 Jan. de 1991.

<sup>93</sup> [...] constituindo em um ônus a sociedade que se vê obrigada a sustentar com seus impostos exatamente aqueles que a agridem (...). *Zero Hora*, 04 Mar. de 1995. p. 12. [...] sairá do nosso bolso o dinheiro para recomprar tudo que destruíram. [...]. *Zero Hora*, 08 Set. de 1999. p. 2. [...] a cada rebelião, dever-se-ia fazer com que os amotinados ressarcissem ao Estado o gasto para recompor o que quebraram. *Zero Hora*, 12 Set. de 1999. p. 50. [...] Estado gasta mais de vinte e cinco salários mínimos mensais para cada adolescente infrator [...]. *Zero Hora*, 31 Out. de 1999. p.42.

Os adolescentes da instituição, segundo a editoração, também seriam vítimas da ociosidade vivida na FEBEM: “(...) o ICM é um depósito superlotado de seres humanos, e que poucos participam de atividades pedagógicas”.<sup>94</sup>

Por fim, podemos levantar a hipótese da presença de ambigüidade no discurso do jornal ao identificar os adolescentes infratores, ora como criminosos ou bandidos, ora como vítimas da incapacidade governamental na administração de políticas públicas ou sociais.

---

<sup>94</sup> *Zero Hora*, 10 Mar. de 1998.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber uma certa intenção desta linha jornalística de atribuir aos funcionários a responsabilidade pela magnitude dos problemas enfrentados pela FEBEM, pois são definidos como sabotadores das ações governamentais, desnecessários, substituíveis, e de alto custo aos cofres públicos. Em várias matérias, o jornal passa a idéia de que os monitores percebiam salários altos, mas não foi informado que estes laboravam jornadas duplas e até triplicas, devido ao quadro funcional reduzido, em virtude dos afastamentos por problemas de saúde, na maioria das vezes em função dos motins e das rebeliões, e da ausência de concursos públicos para repor essas carências.

Além disso, o jornal nunca divulgou que os custos dos funcionários em despesas médicas e psiquiátricas, em muitos casos devido aos motins, foram pagos com seus próprios salários, pois a Fundação nunca propiciou acompanhamento psicológico preventivo e sintomático aos servidores diretamente envolvidos no atendimento aos adolescentes infratores.

Os cursos de capacitação de pessoal não foram constantes, ocasionando que muitas turmas de novos contratados ingressassem na FEBEM sem algum tipo de qualificação técnica admissional. Quanto aos adolescentes, muito embora sejam apresentados como vítimas das desigualdades sociais do país, são definidos paradoxalmente como delinquentes irrecuperáveis, traçados desde a infância para serem criminosos, além de serem muito onerosos aos contribuintes e ao Estado. Por isto, o Estado, ao invés de prevenir a institucionalização dos adolescentes infratores, preferiu gastar na Fundação, mas como a demanda por estes adolescentes parece ser crescente, os recursos para este fim sempre foram apontados como insuficientes e mal aplicados.

Por conseguinte, *Zero Hora* pode ter influenciado a população em geral na criação de uma imagem negativa dos adolescentes infratores, dos monitores e da própria Fundação, ao veicular os motins de forma violenta e dramática. Por isto, segundo Carmem de Oliveira, até os adolescentes na FEBEM, ao acessarem televisão ou jornais, tiveram seus comportamentos alterados, comprometendo ainda mais a disciplina institucional nas unidades em Porto Alegre.<sup>95</sup> A respeito da legislação específica ao infrator, *Zero Hora*

---

<sup>95</sup>“A repercussão nos internos em Porto Alegre, dos episódios envolvendo a FEBEM em São Paulo em 1999 foi praticamente direta. Assistindo televisão eles confraternizaram pelas ações vitoriosas (como as fugas, o domínio da situação, os funcionários como reféns, as autoridades sob pressão), (...) quando a cobertura se referia aos eventos por eles protagonizados era comum que pedissem jornais para guardar os recortes,

alternou ora defendendo, ora criticando a aplicabilidade do ECA nas unidades da FEBEM, assim como em relação à maioria penal.<sup>96</sup>

Como pertencente ao quadro de monitores da Fundação há mais de dez anos, e como pesquisador incipiente da HTP e da HI, sinto o dever social de divulgar que a instituição ainda não conseguiu suplantar algumas contradições e problemas levantados ao longo desta pesquisa. Assim, pois, as unidades onde mais foi aplicado o modelo de “distensão interna máxima e contenção externa máxima”, apregoado por uma presidente por volta de 1999, são as que mais apresentam problemas institucionais, como envolvimento extra-profissional entre funcionárias e internos, entrada e consumo de drogas, fornecimento aos adolescentes de objetos proibidos, como telefones celulares, e agressões mútuas entre internos e monitores. A respeito da sexualidade dos internos, a Fundação não institui nenhum tipo de programa de prevenção e esclarecimento, como distribuição de preservativos ou a disponibilidade de espaço apropriado à visita íntima para os adolescentes, o que é defendido por alguns estudiosos da questão dos adolescentes infratores.<sup>97</sup>

Quanto à infra-estrutura da fundação, a precariedade é evidente, pois toda a sorte de materiais para a sua manutenção, como colchões, roupa de cama e banho, produtos de higiene pessoal e limpeza são insuficientes, assim como a alimentação dos internos tem piorado em quantidade e qualidade. E as instalações como banheiros, corredores, pátio interno e as celas estão em péssimo estados de conservação. Por outro lado, as horas extras dos funcionários continuam questionadas, apesar do número reduzido de funcionários, pois a proporcionalidade monitor-interno chega a ser em algumas unidades de um funcionário para cada dezoito internos. Corroborando a isto, os desvios de função de monitores aumentam ainda mais este problema, pois mesmo que tenham sido contratados para

---

tomados como insígnias de reconhecimento”. Apud. OLIVEIRA, Carmem Silveira de. *Sobrevivendo no inferno*. Porto Alegre: Sulina, 2001.p.172.

<sup>96</sup> Em uma matéria sobre um motim na FEBEM de São Paulo, *Zero Hora* divulgou que um comerciante teria declarado que: “Em 1986, quando não havia o Estatuto, a polícia entrava e a confusão não durava mais que duas horas”. *Zero Hora*, 24 Out. de 1992. “Brasil é o país da impunidade e da falta de critérios, uma vez que os menores são protegidos por lei, ao contrário do que acontece nos EUA, onde um jovem de 15 anos pode ser condenado à morte por ter cometido um assassinato. Com isto, os jovens aqui vão para a FEBEM, de onde sairão mais perigosos e, depois do estágio pago pela sociedade, voltarão a matar, mas que a sociedade exige resultados”. Carta do leitor. *Zero Hora*, 02 Jun. de 1999. Após um motim, um editor de *Zero Hora* declarou sobre o risco que o ECA corria em função dos conflitos na FEBEM-RS: “Os fatos corroem uma lei atualizada e boa a ponto de colocá-la em xeque”. *Zero Hora*. 14 Set. de 1999.p.16.

<sup>97</sup> É muito comum o ingresso de adolescentes portadores do vírus HIV, assim como nas unidades o risco de contaminação é muito grande, dada a superlotação e a ausência de visitas íntimas aos adolescentes. Tal risco compromete também a saúde dos funcionários, visto que foi constatado, extra-oficialmente, pelo menos dois casos de envolvimento de funcionárias com internos portadores de HIV. As duas funcionárias inclusive tiveram filhos destes internos.

atenderem aos adolescentes infratores nas alas, são deslocados para trabalharem as áreas administrativas das unidades.

Assim, a preocupação da direção da FEBEM e de *Zero Hora* quanto aos “altos salários” dos funcionários da Fundação parece ter surtido efeito, pois os monitores percebem em 2008, sem o cômputo das horas extras laboradas, cerca de três salários mínimos, em concordância à política de redução dos gastos públicos e ao slogan do “fazer mais com menos” da atual governadora. Porém, a governadora acaba de anunciar o aumento de cerca de oitenta por cento para o seu próprio salário, assim como a aprovação de um bônus salarial para seu secretariado de cerca de dezessete salários mínimos, ou cem por cento do salário destes. Este mesmo secretariado apresentou recentemente, uma proposta de aprovação do Plano de Cargos e Salários da FASE, há décadas reivindicado, mediante o aumento na matriz salarial dos monitores em um vírgula sete por cento.

Quanto à superlotação, historicamente identificada na FEBEM, ainda é uma realidade na FASE. O CIPCS, com capacidade projetada para cerca de trinta internos em quartos individuais, hoje possui perto de cento e oitenta internos, cinco em cada um destes quartos. As instalações destinadas ao uso tanto dos internos quanto dos funcionários estão em péssimas condições de habitabilidade, o que tem sido seguidamente criticado por *Zero Hora*.

A “história cíclica da FEBEM” tal como foi aqui recuperada parece se perpetuar, pois os problemas da instituição só vêm à tona com a divulgação pela imprensa do risco de motins ou fugas, e a FEBEM parece ainda ser o “patinho feio da história”, apesar de ainda viver “uma rebelião permanente”. Assim, a FASE, antiga FEBEM, parece ainda não estar livre da ocorrência de motins, muito embora hoje seu quadro funcional de monitores seja formado quase na totalidade de funcionários com curso superior completo ou em andamento. O Estado parece ainda ser regido concomitantemente ao envolvimento da imprensa às questões da FEBEM. Logo, se o risco de motins e as condições precárias da Fundação ainda existem e não são divulgados pela imprensa, podemos deduzir que os jornais estão dirigidos mais à notícia dos episódios dramáticos, momentâneos e de impacto emocional instantâneo, ao invés de estabelecer um processo de esclarecimento preventivo, ético e social, voltado à perpetuação da memória da sociedade.<sup>98</sup>

---

<sup>98</sup> Solidariedade é não ser cúmplice. [...] Vivemos numa sociedade do espetáculo. A realidade renunciou. Só existem representações: a mídia. [...] Consumidores da violência, os cidadãos da modernidade [...] adeptos da proximidade sem risco, cínicos ante à sinceridade. [...] Recordar é um ato ético, tem um valor ético em si mesmo. Apud: SONTAG. p. 80,91,93,96.

Por fim, dedico este trabalho, bastante incipiente e que merece outras abordagens, a todos os funcionários da FEBEM, atual FASE, protagonistas ou não destas notícias, que por ventura possam ter sofrido algum tipo de discriminação da sociedade, governo, ou pela própria Fundação, devido aos motins, contribuindo para a criação de imagem negativa de uma Instituição que, segundo *Zero Hora*, foi historicamente fadada a não dar certo.

## **LOCAIS DE PESQUISA E COLETA DAS FONTES**

Centro de Documentação e Informação. Jornal Zero Hora. Grupo RBS. Porto Alegre,  
RS

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS

## **FONTES JORNALÍSTICAS**

Jornal *Zero Hora*. De 05 de Junho de 1988 a 10 de Fevereiro de 2000.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROS, José D'Assunção. *O projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis:Vozes, 2005.
- BOCCO, Fernanda; LAZZAROTTO. (Infr)atores juvenis: Artesãos de Análise. *Psicologia & Sociedade*, [Porto Alegre], v.16, n. 2, mai.-ago. 2004.
- BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*.
- CARDOSO, C.F. *Uma introdução à História. Conclusão geral: Para que serve a História*. São Paulo: Brasiliense,1982.
- CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Ninguém nasce infrator. Não à redução da idade penal*. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/pgn/id491.htm> Acesso em: 18 Ago. 2008.
- ERTZOGUE, Maria H. Silenciar os inocentes: medidas punitivas para a recuperação de menores em estabelecimentos disciplinares mantidos pelo Estado (1945-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n.37, Set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 18 Ago. 2008.
- FLECK, Eliane Cristina D; KORNDÖRFER, Ana Paula; CADAVID, Aline K. Da agressão à assistência, da infração à correção: menoridade e violência urbana (Porto Alegre, 1890-1920). *Sociedade e Estado*, Brasília, v.20, n. 01, p. 163-194, jan.-abr., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 16 Ago. 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 9.ed.Traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas técnicas para o trabalho científico: Elaboração e formatação*. 14.ed. Porto Alegre: [S.ed.], 2005.
- HAGEN, Acácia M. M.(org); MOREIRA, Paulo R. S. *Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Caixa Econômica Federal, 1995.
- KRUG, Jorge Gilberto. *Breve Síntese Histórica da Atenção ao Menor no Rio Grande do Sul*. FEBEM, Estudos, Porto Alegre, v. 02, n.02, p.39-43, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas:UNICAMP,[S.d.].
- LE MOS, João Gonçalves. Estatuto da Criança e do Adolescente: protege o menor ou facilita o crime? *Revista da Faculdade Christus*, [S.l.], n. 06, p.65-83, jul.-dez., 2004.
- MARQUES, Adhemar M. *História do tempo presente. Textos e documentos*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MATTOS, Marcelo Badaró (org). *História. Pensar e fazer*. Rio de Janeiro: LDH-Universidade Federal Fluminense, [2003?].
- MORELLI, Ailton José. A inimizabilidade e a impunidade em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n.37, Set., 1999. disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 16 Ago. 2008.

- NEDEL, Christian. *Uma análise dos mecanismos de integração operacional para o atendimento inicial de adolescentes em conflito com a lei*. Porto Alegre: PUC/RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais), Programa de Pós-graduação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo. Teoria e Prática*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- PETERSEN, Sílvia R.F. O projeto de Pesquisa. *Revista Diálogo*, Canoas, n. 05, p.141-158, 2004.
- PINTO, Ana Cláudia S. *Instituições responsáveis pela execução da medida sócio-educativa de internação: caráter protetivo ou punitivo?* Porto Alegre: UFRGS, 2004. Monografia (Especialista em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SARAIVA, João Batista Costa. *A idade e a razão, não ao rebaixamento da imputabilidade*. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/pgn/id491.htm> Acesso em: 10 Out. 2008.
- SCHMIDT, Benito B. As referências teóricas, metodológicas e técnicas da pesquisa: observações gerais. *Revista Diálogo*, Canoas, n. 5, p.127-140, 2004.
- \_\_\_\_\_; XAVIER, Regina Célia; PETERSEN, Sílvia Regina. *O Pesquisador iniciante e a produção do conhecimento histórico: da definição do tema à apresentação dos resultados*. [S.I.]: [S.ed.], [2004?].
- SPAGNOL, Antônio S. Jovens delinquentes paulistanos. *Tempo Social*, São Paulo, v.17, n. 2, nov.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em 20 Ago. 2008.
- SUDBRACK, M. Fátima O. Da falta do pai à busca da Lei: o significado da passagem ao delinquentes no contexto familiar e institucional. *Psicologia: teoria e Pesquisa*, Brasília, v.8, suplemento, p.447-457, 1992.
- VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VOLPI, Mário. “Sem liberdades, sem direitos”. São Paulo: Cortez, 2001. disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/sprazer\\_safeto.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/sprazer_safeto.pdf) Acesso em: 20 Nov. 2008.
- WINNICOTT, Donald. *Privação e delinquência*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.